

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
ESTUDOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**MARIA TELMA OLIVEIRA MARQUES**

**UM ESTUDO SOBRE UMA EXPERIÊNCIA RURAL ASSOCIATIVA: O PROCESSO  
DE PARTICIPAÇÃO COLETIVA. CAMPO LIMPO – PARÁ, 2003-2007.**

**MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**PUC / SÃO PAULO  
2007-**

**MARIA TELMA OLIVEIRA MARQUES**

**UM ESTUDO SOBRE UMA EXPERIÊNCIA RURAL ASSOCIATIVA: O  
PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO COLETIVA. CAMPO LIMPO – PARÁ, 2003 -  
2007.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Doutora Maria Lúcia Carvalho da Silva.

**PUC - SÃO PAULO  
2007**

**MARIA TELMA OLIVEIRA MARQUES**

**UM ESTUDO SOBRE UMA EXPERIÊNCIA RURAL ASSOCIATIVA: O  
PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO COLETIVA. CAMPO LIMPO – PARÁ, 2003 -  
2007.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Doutora Maria Lúcia Carvalho da Silva.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**Banca Examinadora**

---

---

---

Dedico este trabalho:

Aos agricultores familiares, em especial aos da Associação Rancho Fundo que procuraram fazer da paixão pela terra uma forma de vida.

Aos meus pais:

Manoel Marques (in memoriam) e Benedita Oliveira Marques, agricultores que me ensinaram a amar a vida e ser feliz na vivência diária.

Aos meus tios:

João Chagas e Maria Celeste Mendes Chagas (in memoriam) que me acolheram e me apoiaram na busca de meus objetivos.

À Francisca Fernandes da Silva, que esteve ao meu lado com sua expressão de afeto, me incentivando nos momentos mais difíceis da trajetória deste trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos agricultores de Campo Limpo pela acolhida e pela dedicação com a qual participaram desta pesquisa.

À minha orientadora Maria Lúcia Carvalho da Silva, pela valiosa contribuição por meio nas orientações, nas críticas, sugestões e incentivos ao longo do trabalho.

À Professora Maria Lúcia Rodrigues On, obrigada pelo seu afeto, e orientação o que contribuíram para um melhor envolvimento neste trabalho de pesquisa.

Ao Professor Ariberto Venturini que semeou a idéia do tema, sendo o facilitador na obtenção dos dados, mostrando-se sempre disposto a colaborar nas diversas fases da pesquisa.

À Ray, pelo incentivo e por ter contribuído para a realização deste objetivo.

Aos meus amigos de Belém do Pará, em especial Arlene Duailibe, Açucena, Edilene Alho, Mariselma Fernandes, Nediléa Negrão, Julieta, Clívia Maira, Anderson, Luciana, Rosicleia Santa Brígida pelo incentivo e amizade.

Aos meus queridos irmãos: Chagas, Zezinho, Maria José, Rita, Marelza, Assis, Gerdson, Jardenilson e a todos os meus sobrinhos, cunhados e cunhadas pelo apoio fraterno.

À minha amiga Sônia Capistrano, a maranhense que sempre esteve de bem com a vida, obrigada por termos partilhado muitas vezes a angústia, as incertezas, mas também a esperança, o sorriso e a troca de conhecimentos.

À minha equipe de trabalho do CIAM, em especial Viviane Fernandes, Renata Tobias, Pedro Luis, Ângela Maria, Lara de Paula, Dafne Herrero e Paulo Camargo, os que vêm cotidianamente me ensinando, trocando e me desafiando no exercício de minha prática profissional.

À Deuzirene, pelo apoio amigo.

À Elizete Cândido e ao Antônio Fernandes pelo carinho e acolhidas na sua residência.

À Luana Fernandes pelo carinho.

Ao Cnpq e Capes pela bolsa de pesquisa

À todos aqueles que torcem por mim, que me querem bem, mas que não foram mencionados aqui.

## LENDA DA PRIPRIOCA

### *Piripirioka Ipyrungaua (Origem da Priprioca)*

*O guerreiro Piripiri era um índio misterioso. De seu corpo, exalava um perfume suave que apaixonava as cunhatãs de sua aldeia. Por isso, elas viviam perseguindo-o pela mata. Quando o julgavam preso, ele fabricava uma nuvem de fumo e desaparecia.*

*As cunhatãs foram perguntar ao pajé Supi como fariam para prender Piripiri. Supi ensinou-as: deveriam amarrar os pés do guerreiro com os seus próprios cabelos.*

*Naquela mesma noite, as índias fizeram como Supi as ensinara. Enquanto Piripiri dormia, amarraram-lhe os pés com seus cabelos. E adormeceram ao lado dele.*

*Quando acordaram, no dia seguinte, o guerreiro havia sumido para sempre. Mas no chão onde ele dormira havia uma planta diferente – e que exalava seu perfume.*

*O pajé Supi ensinou-as a usar aquele cheiro que entontecia o coração dos homens. E contou-lhes que Piripiri tinha subido aos céus e se transformado na constelação de Arapari, as Três Marias da constelação de Órion.*

*A planta ganhou o seu nome. É a sua casa. Piripiri-oca, priprioca, “a casa de Piripiri”.*

**MARQUES, Maria Telma Oliveira. Um Estudo sobre uma Experiência Rural Associativa: o processo de participação coletiva. Campo Limpo – Pará, 2003 – 2007.**

## **RESUMO**

O objetivo desta pesquisa, um estudo de caso, é conhecer e analisar uma experiência rural associativa de cultivo da priprioca e o processo de participação coletiva, na localidade de Campo Limpo, no município de Santo Antônio do Tauá, no Estado do Pará, no período de 2003 - 2007. A proposta de se realizar este estudo surgiu em decorrência às mudanças que vem ocorrendo em Campo Limpo com a instalação de alguns projetos econômicos para extração da Priprioca, do Curauá, e do Nim e outros cultivares voltados para a exportação.

O objeto do presente estudo é a participação coletiva e o associativismo de um grupo constituído por 03 (três) famílias com laços de parentesco perfazendo 15 (quinze) pessoas associadas para o plantio da priprioca. A hipótese levantada reconhece que a participação coletiva vem se tecendo internamente nas relações intra e inter familiares, e externamente através da organização da Associação de Produtores Rurais “Rancho Fundo” criada pelo grupo como instrumento de gestão e realização do cultivo e comercialização da priprioca. A idéia centrou-se em saber se essa experiência vem possibilitando e resultando em participação coletiva, e quais os significados dessa participação coletiva na construção da noção de cidadania e direitos para os associados.

Para tanto, a pesquisa é de natureza qualitativa, tendo como procedimentos metodológicos, o levantamento bibliográfico, a pesquisa documental, a observação local, os contatos preliminares, o estudo etnográfico, a utilização do diário de campo, o registro fotográfico e a realização de entrevistas semi-estruturadas com tópicos orientadores.

A pesquisa revelou como resultados que o trabalho associativo contribuiu para o fortalecimento dos vínculos, e vem estimulando a conquista de permanência principalmente dos jovens no meio rural. Nesta investigação, a terra aparece numa relação de respeito, que realça valores como a simplicidade e que podem se manter no tempo porque se trata de uma relação baseada no respeito à vida. Neste sentido, a associação vem também servindo como forma de lidar com a escassez da terra e dos recursos materiais. A participação dos sujeitos expressou-se como um processo de aprendizagem, que vem se fazendo nas atividades práticas internas e externas, podendo se direcionar para um desenvolvimento local sustentável futuro.

**PALAVRAS CHAVES:** Participação. Associação. Trabalho Coletivo. Agricultura Familiar. Desenvolvimento Sustentável. Terra.

**MARQUES, Maria Telma Oliveira. Um Estudo sobre uma Experiência Rural Associativa: o processo de participação coletiva. Campo Limpo – Pará, 2003 – 2007.**

## **ABSTRACT**

The objective of this research, a case study, is to know and to analyze a sociable rural experience of culture of the priprioca, as well as the process of collective participation, in the small village of Campo Limpo, in the city of Santo Antonio do Tauá, in the State of Pará, from 2003 to 2007. The purpose to carry out this study appeared due to the changes, that have been occurring at Campo Limpo, with the installation of some economic projects for the extraction of the Priprioca, of the Curauá, of the Nim and of other cultures focused on export. The object of the present study is the collective participation and the sociability of a group constituted of 03 (three) families with blood ties, accomplishing 15 (fifteen) associates for the planting of priprioca. The raised hypothesis recognizes that the collective participation has been internally created in the intra and inter familiar relationships, as well as externally through the organization of the Rural Producers Association “Rancho Fundo”, created by the group, as instrument of management and realization of culture and commercialization of the priprioca. The idea has been centered in the fact of knowing if this experience has been making possible and resulting in collective participation, and what is the meaning of this collective participation in the construction of the notion of citizenship and rights for the associates.

Thus, the nature of the research is qualitative, having, as methodological procedures, the bibliographic survey, the documentary research, the local observation, the preliminary contacts, the ethnographic study, the use of the field diary, the photographic register, and the achievement of semi-structured interviews with oriented topics.

The research has disclosed, as results, that the associated work has contributed for strengthening the ties, and also has been stimulating the conquer of the permanence, mainly of young people in the rural area. In this investigation, the land appears in a relationship of respect, that enhances values, like simplicity, which can be maintained through time, because it is based on respect to life. In this sense, the association has been useful as a way to deal with the lack of land and material resources. The participation of the people has been expressed as a learning process, that has been occurring in the internal and external practical activities, being able to direct itself to a future sustainable local development.

**KEY WORDS:** Participation. Association. Collective Work. Familiar Agriculture. Sustainable Development. Earth.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 01: 31/01/2004 Caminho de Santo Antônio do Tauá – Km 29 para Campo Limpo PA.....	10
Foto 02: 13/07/2004 Os associados na limpeza da pripioca.....	15
Foto 03: 13/07/2004 Gramíneas de pripioca.....	42
Foto 04: 13/07/2004 Raiz de pripioca.....	43
Foto 05: 15/11/2003 Alunos do curso de Serviço Social e Agricultura Familiar da UFPA .....	45
Foto 06: 31/01/2004 Limpeza do primeiro plantio da pripioca .....	50
Foto 07: 13/07/2004 Nim, Curauá e Pripioca .....	51
Foto 08: 13/07/2004 Primeira colheita da pripioca.....	52
Foto 09: 13/07/2004 Corte e separação da pripioca.....	53
Foto 10: 16/10/2004 Reunião dos Associados nas tomadas de decisões com os agricultores terceirizados.....	55
Foto 11: 08/01/2005 Reunião dos Associados com o prefeito de Santo Antônio do Tauá-PA.....	56

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>I CAPÍTULO - BASES CONCEITUAIS .....</b>	<b>22</b>
1 – ASSOCIAÇÃO E PARTICIPAÇÃO .....	22
2- A QUESTÃO RURAL, AGRICULTURA FAMILIAR, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	26
<b>II CAPÍTULO - CONTEXTUALIZAÇÃO: CAMPO LIMPO E O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS “RANCHO FUNDO” .....</b>	<b>36</b>
1 – APRESENTANDO CAMPO LIMPO .....	36
2 – O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS “RANCHO FUNDO” E O CULTIVO DA PRIPRIOCA EM CAMPO LIMPO .....	41
3 – AMPLIANDO A ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS “RANCHO FUNDO” PARA A ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS E ARTESÃOS DA AMAZONIA E O TRABALHO COM A CERAMICA .....	56
<b>III CAPÍTULO - REFLEXÕES ANALÍTICAS: APRENDIZADO DE PARTICIPAÇÃO COLETIVA DOS INTEGRANTES DA ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS “RANCHO FUNDO” .....</b>	<b>60</b>
1– OS SIGNIFICADOS DA TERRA, DO TRABALHO E DA VIDA .....	60
2 – OS MOTIVOS DO ASSOCIATIVISMO E A CRIAÇÃO DE VÍNCULOS .....	65
3 – OS SIGNIFICADOS DAS EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS PARTICIPATIVAS COLETIVAS NA ASSOCIAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE CIDADANIA E DIREITOS .....	70
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>78</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>81</b>

## INTRODUÇÃO



**Foto 01: 31/01/2004 Caminho de Santo Antônio do Tauá – Km 29 para Campo Limpo – PA**

A presente dissertação trata de uma experiência rural associativa de cultivo da priprioca<sup>1</sup> e do processo de participação coletiva vivenciado pelos integrantes da Associação de Pequenos Produtores Rurais “Rancho Fundo”, na localidade de Campo Limpo, no município de Santo Antônio do Tauá, no Estado do Pará, no período de 2003 - 2007.

O nascedouro deste tema explica-se por duas grandes razões. A primeira justifica-se a partir da minha familiaridade com o tema: nasci e cresci no meio rural, sou filha de lavradores, da agricultura de subsistência, e cultivo o interesse em aprofundar o conhecimento sobre o meio rural para compreender as possíveis alternativas de viver e trabalhar no campo.

A segunda razão diz respeito às mudanças que vêm ocorrendo atualmente em Campo Limpo e nas comunidades arredores em virtude da instalação de projetos econômicos para

---

<sup>1</sup> A Priprioca é uma planta herbácea, nativa da Amazônia, da família das ciperáceas, semelhante às gramíneas que emana de seus rizomas óleos essenciais e aromáticos. É utilizada pelos nativos do Estado do Pará para várias finalidades: perfume, antifebril, contraceptivo, analgésico e tratamento de diarreias. Por conta de seu valor medicinal e de seu aroma, a priprioca vem despertando um grande e crescente interesse científico e econômico das grandes indústrias de cosméticos. O nome da priprioca tem sua origem em uma lenda indígena e o significado vem do tupi.

extração da Priprioca, do Curauá<sup>2</sup>, do Nim<sup>3</sup> e outros cultivares voltados para a exportação. Em decorrência, a área se tornou atrativa para estudos, impulsionando universidades de Belém como Universidade Federal do Pará – UFPA; Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA; Universidade da Amazônia -UNAMA a articular campo de estágio para alunos que nutriam o interesse de sistematizar o seu trabalho técnico-científico de conclusão de cursos na área rural. Em 2002, alunos do curso de Serviço Social e do curso de Agricultura Familiar, ambos da UFPA, realizaram, no Ramal do Bom Jesus<sup>4</sup>, a primeira pesquisa com questionários semi-estruturados para caracterização da área. A mesma foi direcionada para culminar na sistematização do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC desses alunos.

A participação desta pesquisadora na referida investigação foi voluntária, visto que a mesma se constituiu em período posterior ao seu TCC. O interesse para escolha de Campo Limpo no trabalho de mestrado se delineou nessa pesquisa citada, após a criação da Associação dos Trabalhadores Rurais nessa localidade, que ocorreu em dezembro de 2003.

Os dados divulgados no relatório final da Pesquisa UFPA/DPTS – Serviço Social e Agricultura Familiar – 2002 nos chamaram a atenção para o expressivo número de jovens nessa localidade, cuja maioria era desprovida de interesse para dar continuidade aos trabalhos agrícolas que seus pais realizavam. Viver como agricultores, poucos sonhavam. A expectativa que existia era ir para a cidade com o objetivo de estudar e trabalhar em outras atividades e profissões.

---

<sup>2</sup> Planta nativa da Amazônia pertencente à família das bromeliáceas, de nome científico (*Ananás erectifolius*), uma espécie de ananás ou abacaxi. Os indígenas utilizavam as folhas do Curauá, principalmente para amarrar redes de dormir e fazer cordas para manejo de animais. A herança desse conhecimento tradicional se perpetuou e os moradores nativos da região de Santarém, de Santo Antonio do Tauá e outros municípios no Estado do Pará utilizavam essa técnica no seu dia-a-dia. A resistência da fibra chamou a atenção de pesquisadores, que não tardou para sua divulgação. A fibra do Curauá vem substituindo a fibra de vidro na fabricação de plásticos reforçados empregados em automóveis ou equipamentos eletroeletrônicos. Assim, a fibra de Curauá pode ser utilizada nas indústrias têxtil, cosmética, farmacêutica, automotiva, calçadista, celulósica, da construção civil e informática.

<sup>3</sup> O NIM (*Azadirachta indica*) é uma planta originada da Índia, pertencente à família dos *meliceae*, trazida para o Brasil em 1993. Trata-se de uma árvore de crescimento rápido, que em poucos anos, atinge mais de 10 metros de altura. Produz os seus primeiros frutos entre 3 e 5 anos depois do plantio. Desenvolve-se bem em regiões semi-áridas por ser resistentes à seca e suportar temperaturas elevadas, adaptando-se facilmente a diferentes tipos de solos. Obtidos a partir de suas folhas e sementes o NIM é um inseticida natural, cujo princípio ativo extraído dos frutos causa alterações fisiológicas nos insetos; no campo da medicina é utilizado como antimicrobiano, no combate à distúrbios urinários, diarreias, doenças do couro cabeludo, malária crônica e eliminação dos vermes intestinais, além de ter efeito positivo no controle da Doença de Chagas. (Fonte: NEVES, Edinelson José Maciel – Engenheiro Florestal, Drº Pesquisador da EMBRAPA; 1996).

<sup>4</sup> O Ramal do Bom Jesus é composto por cinco comunidades: Éden, Campo Limpo, Bom Jesus, Taperinha e Triunfo, totalizando uma população de aproximadamente 373 habitantes sendo 50,7% do sexo masculino e 49,3% do sexo feminino com alta taxa de natalidade tendo um crescimento da população concentrada nas faixas etárias de 0 a 30 anos e um declínio da população adulta/ idosa.(Dados retirados da pesquisa UFPA/DPTS – Serviço Social e Agricultura Familiar – 2002).

A pesquisa apontou ainda que vem ocorrendo perda de qualidade e redução do repasse das tradições agrícolas para os mais jovens, ou seja, os conhecimentos rurais e as habilidades para lidar com a agricultura, com a terra, são repassados com menos qualidade e intensidade para as gerações futuras.

Outros elementos também me despertaram para esse local, como o isolamento e o abandono por parte do Estado, que sempre apoiou os grandes produtores a exemplo dos projetos econômicos que vêm sendo implantados na região, relegando os pequenos trabalhadores rurais<sup>5</sup>. Para estes, as dificuldades aparecem de toda ordem, sendo claramente visível a desigualdade, principalmente quando se trata do tamanho da propriedade da terra, quase sempre pequena em relação aos outros produtores, falta de incentivo financeiro, investimento em infra-estrutura e transporte para o escoamento de sua produção e a dificuldade de vender o seu produto no mercado, para manter a sua sobrevivência. Um quadro que indica que esse trabalhador rural, numa cadeia produtiva, está sempre em desvantagem, em prejuízo, não se beneficiando das riquezas produzidas por ele mesmo e nem conseguindo usufruir dignamente do resultado de sua produção.

O reflexo dessa situação é notado quando se têm dados<sup>6</sup> da população de Campo Limpo, que revelam um número de 38 (trinta e oito) pessoas na faixa etária de 15 (quinze) a 40 (quarenta) anos, e desse total, somente 10 (dez) pessoas na faixa de 18 (dezoito) a 33 (trinta e três) anos demonstraram interesse na continuidade do trabalho com a agricultura, mesmo sendo uma das poucas bases de sustentação de muitas famílias locais.

Em 2003, um supervisor do curso de Serviço Social da UFPA, por sua iniciativa e interesse pessoal, propôs um projeto que respondesse em princípio a dois anseios: a obtenção de renda aos participantes e a fixação dos mesmos na área rural. A idéia era conciliar o conhecimento tradicional, respeitando os saberes, técnicas e estratégias de cultivar a terra, a partir do intercâmbio com a natureza e a assistência técnica multidisciplinar das áreas de agronomia, química e serviço social. A proposta incluiu a incorporação de técnicas de plantio que garantisse maior fortalecimento do solo, substituindo o uso da queimada, que agride o meio ambiente, por outras técnicas mais sustentáveis, como a trituração da folhagem, que nutre o solo e possibilita a eliminação do uso de agrotóxicos, a adoção do sistema agroflorestal de culturas de curta, média e longa duração em substituição ao monocultivo.

---

<sup>5</sup> Até hoje, as famílias de Campo Limpo não têm Energia Elétrica, entretanto, pela presença de algumas empresas alocadas nos arredores da localidade, o Governo Municipal já vem cogitando a possibilidade da instalação desse serviço.

<sup>6</sup> Fonte: Pesquisa UFPA/DPTS – Serviço Social e Agricultura Familiar – 2002.

O desafio dessa proposta envolveu práticas que tinham como referência a terra, a cultura e a valorização do potencial organizativo do trabalho em uma Associação. Uma ação pouco aceitável na região, pelo fato de essa população já ter a informação de que muitas experiências de associações no município não tiveram êxito por alguma razão não explicitada na pesquisa.

Contudo, duas famílias locais e uma família de Belém, com laços de parentesco, no total de 15 (quinze) pessoas, se motivaram e fundaram a associação de pequenos produtores rurais “Rancho Fundo”, em outubro de 2003.

A sistematização e a análise desta experiência, desde o seu início, são um compromisso profissional e político de extrema responsabilidade social da pesquisadora, o que exige sensibilidade e conhecimento para compreender e interpretar a participação desses sujeitos, com seus saberes, fazeres, crenças, idéias, valores na trama de suas relações cotidianas.

O tema ganha relevância no Serviço Social porque, de fato, não há, no Programa de Pós-Graduação da PUC-SP, linhas de pesquisas diretamente voltadas para os estudos do meio rural. Contudo, neste Programa, a temática rural pode ser abordada na linha de pesquisa denominada Política Social: Estado, Movimentos Sociais e Associativismo Civil. A contribuição deste estudo abre espaço de interesse investigativo para entendimento de uma realidade (rural) que tem relação interdependente e contínua com a cidade. Relações que, segundo Ranciaro (2004), são de interesses opostos, trocas desiguais porque articulados pela lógica desigual do capital.

É um tema atual, que vem se construindo, e instigante para o Serviço Social porque pretende desvelar novas formas de associativismo rural com o envolvimento e a participação de sujeitos coletivos. É um tema oportuno por instigar a reflexão da relação homem / natureza, evidenciando, principalmente, uma natureza cada vez mais ameaçada pela ação humana, o que indica uma separação nessa relação, que leva o homem a usar inadequadamente a natureza como recurso até seu esgotamento.

Sobre esta questão, mencionamos aqui Sousa Santos (2006, p. 188-190), que identifica o problema na ignorância, na irracionalidade da ciência moderna que “separa a natureza da cultura e da sociedade e submete a primeira às leis de base matemática”. Para essa compreensão, afirma ainda o autor: “a natureza não pode ser compreendida, pode apenas ser explicada e como, ela aparece no lugar da exterioridade, do não pertencimento, da inferioridade é transformada em recurso e não tem outra lógica senão a de ser explorada até a exaustão”.

Sousa Santos (2006) menciona que, de maneira oposta à ciência moderna, os indígenas e camponeses concebem a natureza como parte intrínseca de sua própria natureza humana. Por isso, ao preservarem a natureza e a cultura, preservam a si próprios.

Para o presente estudo, destacamos algumas indagações:

- como vêm se construindo as relações intra e interfamiliares na dinâmica das três famílias associadas em foco?
- a Associação de Pequenos Produtores Rurais “Rancho Fundo”, criada pelo grupo das três famílias protagonistas da experiência do cultivo da pirioca, vem sendo um canal adequado para o processo da participação coletiva?
- além da associação dos pequenos produtores rurais, existem outras formas e espaços de participação coletiva no âmbito local?

Mas a questão essencial consiste em buscar saber se a experiência rural associativa em Campo Limpo – PA vem possibilitando e resultando em participação coletiva, e os significados dessa participação coletiva na construção da noção de cidadania e direitos para os associados.

A partir destas indagações, propomos como objeto do presente estudo a participação coletiva e o associativismo de um grupo constituído por 03 (três) famílias, perfazendo 15 (quinze) pessoas associadas para o plantio da pirioca. A hipótese levantada reconhece que a participação coletiva vem se tecendo internamente nas relações intra e interfamiliares, e externamente por meio da organização da Associação de Pequenos Produtores Rurais “Rancho Fundo”, criada pelo grupo como instrumento de gestão e realização do cultivo e comercialização da pirioca.



**Foto 02: 13/07/04 Os associados na limpeza da priprica**

Além de conhecer o processo de participação coletiva do grupo, na dinâmica intra e interfamiliar na vida da Associação dos Pequenos Produtores Rurais “Rancho Fundo” e em outras formas associativas locais, objetivamos compreender e analisar como essa experiência vem contribuindo para a inclusão social e o exercício da cidadania ativa.

Sendo esta pesquisa de natureza **qualitativa**, desenvolvemos uma abordagem metodológica que permitiu à pesquisadora aproximar-se da realidade do grupo estudado, considerando as indagações, a hipótese, o objeto e o objetivo já mencionados, com o propósito de compreender o grupo em sua maneira própria de interpretar o mundo, atribuir valores às suas práticas cotidianas, e dar significado às suas construções e ações.

Assim, as relações mútuas entre sujeito pesquisado e pesquisadora foram fundamentais, por possibilitarem um processo de compreensão analítica daquela realidade.

Como procedimentos metodológicos da investigação, realizamos levantamento bibliográfico, pesquisa documental, observação local na sede da associação e nas casas dos sujeitos pesquisados, contatos preliminares = aproximação ao objeto de estudo, estudo cultural local (etnográfico), utilização do diário de campo, registro fotográfico, realização de entrevistas semi-estruturadas domiciliar com tópicos orientadores.

A Revisão e o estudo bibliográfico e documental possibilitaram a familiaridade da pesquisadora com a produção teórica já existente sobre o tema, bem como permitiram a identificação dos conceitos fundamentais da pesquisa, a saber: agricultura familiar, meio rural, natureza, meio ambiente, participação, associação, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, entre outros. Dentre os diversos autores pesquisados destacamos: **José de Souza Martins** da Sociologia, que enfatiza sua experiência na área da Sociologia dos Movimentos Sociais, Sociologia da Vida Cotidiana, Sociologia Visual e Questão Agrária. **Bernardo Mançano Fernandes**, área da Geografia, com ênfase na Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: Reforma Agrária, Desenvolvimento Sócio-territorial, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Via Campesina e paradigmas da questão agrária. **Ricardo Abramovay**, cujo programa de pesquisa organiza-se em torno da participação social nos processos localizados de desenvolvimento e apóia-se teoricamente nas principais correntes contemporâneas da sociologia econômica. **José Eli da Veiga**, cujas obras versam sobre conceitos de desenvolvimento, meio ambiente e sustentabilidade. **Boaventura de Sousa Santos** que possui trabalhos publicados sobre Globalização, Sociologia do Direito, Epistemologia, Democracia e Direitos Humanos. **Juan E. Diaz Bordenave**, com interesses na área de Educação, Política e Sociologia, aborda principalmente a Educação de Adultos, Educação voltada para o trabalho, Comunicação e Planejamento, Participação. **Marcos Sorrentino**, que possui experiência na área de Educação, com ênfase em Tópicos Específicos de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação ambiental, universidade, participação, educação, ensino superior. **Ilse Scherer-Warren**, que atua principalmente nos seguintes temas: sindicalismo rural, movimentos sociais em redes, democracia, cidadania, globalização, associativismo, participação. **Ignacy Sachs**, autor de várias publicações sobre as dimensões sociais, econômicas e ambientais do desenvolvimento. **Edgar Morin**, com estudos que transitam em diferentes áreas do saber: Filosofia, Sociologia, História, Ética, Antropologia, Biologia, Física, Química. Todos são pensadores e pesquisadores da área das ciências humanas, sociais e políticas, cujas obras tangenciam nosso tema, numa perspectiva crítica e antropológica.

A análise documental permitiu a obtenção de informações acerca do município de Santo Antônio do Tauá – PA. Para tanto, consultamos diversas fontes estatísticas em instituições governamentais e não-governamentais, bem como Imprensa Escrita de Belém-PA e de São Paulo-SP.

**Foram fontes documentais governamentais consultadas:**

Instituto Brasileiro de geografia e Estatístico – IBGE;  
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Tauá;  
Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves – CENTUR;  
Banco da Amazônia S/A – BASA;  
Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia – POEMA.

**Foram fontes documentais não - governamentais consultadas:**

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE/Pará

**Na Imprensa escrita foram consultadas:**

Jornal Diário do Pará e o Liberal – PA, jornal A Folha de São Paulo – SP.

Os contatos preliminares com a aproximação ao objeto de estudo iniciaram-se em 2002, quando tivemos a aproximação com os moradores de Campo Limpo, momento anterior à escolha do tema de mestrado. Por meio da pesquisa que participamos, mencionada anteriormente, tivemos a primeira observação local, que embora tenha contribuído para um olhar mais cuidadoso e atento daquela realidade, não tinha o propósito e rigor de uma investigação científica em nível de mestrado. Contudo, à medida que adentrávamos àquela realidade rica e intrigante era inevitável o encanto com as narrativas e crenças de significação simbólica contadas pelos moradores e transmitidas de geração em geração, consideradas por eles como verdadeiras. Todavia, além do complexo sistema de valores, crenças e mitos, era evidente a marca da dolorosa realidade expressa na situação vivenciada pelos moradores nativos no seu dia-a-dia, causada, sobretudo, pela degradação, pelo abandono, pela perda de seus valores e pela violência.

Em dezembro de 2003, período posterior à fundação da Associação, que efetivamente se concretizou em outubro do mesmo ano, visitamos novamente Campo Limpo. Nesta ocasião, já tínhamos convicção da pertinência dessa realidade para realizar um estudo de caso, no mestrado. Assim, tivemos a oportunidade de conhecermos os participantes da associação, que destacavam alguns motivos relevantes para a fundação da organização, instante também oportuno, em que expusemos o interesse de fazermos a pesquisa com eles. Vale mencionar que este momento foi um dos mais significativos, que vivenciamos e também um dos mais difíceis, por entendermos que é já nos contatos iniciais que estabelecemos as qualidades dos

vínculos, para a construção de relações de confiança até chegar num grau maior de proximidade necessária a realização da pesquisa em toda sua processualidade. Como procedimento metodológico principal decidimos utilizar a técnica da entrevista semi-estruturada.

Para compreendermos a referida técnica, recorreremos a GATTI (2002, p. 12), por trazer o entendimento de entrevista numa situação que promove a troca da intersubjetividade e por ressaltar o caráter social que a entrevista possui, através da positividade, da interação face a face na relação entrevistador / entrevistado. Para esta autora, na entrevista face a face “estão em jogo as percepções do outro e de si, expectativas e sentimentos, preconceitos e interpretações para os protagonistas: entrevistador / entrevistado”.

Do universo de 15 (quinze) pessoas da associação, 05 (cinco) foram entrevistadas. Estabelecemos como critérios para seleção dos sujeitos, manter aqueles que tinham certa representatividade na Associação de Pequenos Produtores Rurais “Rancho Fundo”, na primeira administração, que se iniciou em outubro de 2003 e durou até outubro de 2006.

Solicitamos e obtivemos a autorização dos sujeitos pesquisados para a realização das entrevistas e a utilização do gravador para o registro delas. Entrevistamos assim, 03 (três) conselheiros fiscais, a secretária e o presidente da associação.

Por sugestão dos sujeitos realizamos as entrevistas semi-estruturadas em suas residências e no espaço que ocorria às reuniões, em virtude de serem locais mais adequados a esse encontro com a pesquisadora.

Durante as entrevistas, realizamos observação participante sobre a casa, o ambiente familiar e as relações do sujeito entrevistado com seus familiares.

As entrevistas foram realizadas preferencialmente aos sábados, dias reservados para as reuniões dos participantes da associação, ao término destas. Nem sempre tivemos a possibilidade de acompanhar toda a discussão destas reuniões, em virtude do tempo gasto no percurso de Belém à localidade de Campo Limpo. Vale mencionar que essa distância corresponde cerca de 85 km, indo pelas rodovias federal Br 316, a estadual Pa – 140 e pela estrada de piçarra que começa no km 29 desta rodovia, indo até Campo Limpo. Os serviços de transportes intermunicipais com preços mais acessíveis à população, que realizam esse percurso, são de péssima qualidade, pois além de trafegar somente pelas rodovias, transportam sempre um número de pessoas superior ao que o meio de transporte pode comportar. Do km 29 da rodovia Pa-140 até Campo Limpo, que corresponde à distância de 9km, a população não tem acesso ao transporte coletivo e a carência deste serviço fez com que a população utilizasse no seu cotidiano a bicicleta como seu principal meio de transporte.

Na ausência da bicicleta, o uso das “caronas” eventuais faz parte da dinâmica dessa população. Por isso, devido às péssimas, escassas e inexistentes condições de transporte, sempre ocorre um significativo aumento no tempo da viagem.

Assim, o trajeto de Belém até Campo Limpo é intrigante e contraditório; exhibe no seu percurso a marca da desigualdade, a carência material da população, a ausência de serviços de transporte adequado e confortável para uso da população. Mostra também uma paisagem alternada entre a exuberância da floresta de vegetação densa e secundária, os campos de pastagens, as habitações sem cercas da população local, intercaladas com as chácaras e algumas propriedades cercadas, todas alocadas na rodovia PA-140.

A pesquisa de campo foi realizada em janeiro e julho de 2004, 2005 e 2006.

Todas foram gravadas com permissão verbal dos envolvidos, e posteriormente transcritas. A duração de cada entrevista girou em torno de 01h30. Os dados foram organizados e analisados a partir de eixos temáticos com análise dos conteúdos expressos.

Como antecedente da aplicação do roteiro nas entrevistas, levantamos de cada entrevistado suas características pessoais, de modo a configurar um breve perfil deles.

Consideramos também como pontos fundamentais a conhecer:

- motivos para formação da associação.
- aspectos relevantes do processo de fundação da associação.
- elementos organizativos da associação.
- responsabilidades assumidas na associação.
- significado da associação na vida de cada participante.
- desempenho nas atividades da associação.
- resultados e repercussões da participação dos componentes na associação.
- opções para outros canais de participação.
- significados atribuídos à terra.

Posteriormente nucleamos estes pontos em eixos analíticos, vistos no terceiro capítulo.

Utilizamos também o registro fotográfico como recurso tecnológico na pesquisa, tendo em vista, ir além de um registro ilustrativo de uma situação específica. A fotografia é um documento que contém um registro visual, de interesse pessoal e histórico, rico na linguagem verbal e não verbal, em aspectos emocionais e conhecimentos multidisciplinares, que seleciona possibilidades de ver, preservando-as como recortes de instantes da realidade vivida.

Para Andrade (2002, p.31-42), o apoio da fotografia é um instrumento que “complementa uma realidade que os nossos sentidos podem não saber explica [...], é uma prova de continuidade, e ao mesmo tempo, memória da sua própria história”.

Estrella (2006) também fez uso da fotografia como instrumento de pesquisa tanto para desvelar uma determinada realidade quanto para facilitar a aproximação e o estreitamento das relações entre o sujeito pesquisador e o sujeito pesquisado. Para esta autora, a fotografia contribui para “facilitar o registro das múltiplas dimensões da realidade”. Afirma ainda que a fotografia “não é um simples produto do registro em imagem, mas nela há uma escolha, uma decisão, uma motivação, um objetivo e uma sensibilidade” Estrella (2006, p. 117-120).

Desta forma, o registro fotográfico foi importante na presente pesquisa por sua capacidade de revelar o que é evidente e o que está implícito na imagem, o que não é da ordem das palavras, ou seja, o que nem sempre conseguimos elucidar em uma narração.

Assim, a partir das inúmeras questões apontadas, neste trabalho, pretendemos com respeito e rigor trilhar junto com os sujeitos desta pesquisa, sujeitos que raramente aparecem na história oficial de seu lugar, município, Estado e país, como construtores de sua própria história. Por isso, este trabalho propõe uma história contada de baixo, a seu modo, por esses sujeitos anônimos, bem como, sua participação dos seus feitos, sendo os protagonistas de sua história.

Para tanto, esta dissertação foi estruturada em três capítulos. No primeiro deles, intitulado **Bases Conceituais**, foram apresentadas algumas reflexões acerca dos principais conceitos que aparecem na pesquisa, tais como, participação e associação, questão rural, agricultura familiar, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade.

O segundo capítulo, **Contextualização: Campo Limpo e o Processo de Criação da Associação de Pequenos Produtores Rurais “Rancho Fundo”**, estuda a região na perspectiva etnográfica, bem como apresenta a origem e desenvolvimento da experiência, assim como o perfil dos sujeitos envolvidos.

O terceiro capítulo, **Reflexões Analíticas: aprendizado de participação coletiva dos integrantes da Associação de Pequenos Produtores Rurais “Rancho Fundo”**, analisa a partir dos eixos temáticos as expressões do modo de pensar, sentir e agir dos sujeitos, indicando os conteúdos e resultados da pesquisa.

Em seguida, são elaboradas as **Considerações Finais**, momento em que procuramos sistematizar o resultado das análises realizadas, articulando aos conteúdos teóricos e ressaltando os aspectos mais relevantes. Ao mesmo tempo, pretendemos propor questões para

reflexões vinculadas ao processo participativo-coletivo em Campo Limpo, especialmente, de vir a semear ou germinar uma cultura política participativa local.

## I CAPÍTULO - BASES CONCEITUAIS

Este capítulo versa sobre os conceitos básicos presentes no objeto desta pesquisa e que referenciam o processo de análise realizado. Os conceitos são: Associação, Participação, Meio Rural, Agricultura Familiar, Desenvolvimento Sustentável. Para fins desta exposição os conceitos acima estão agrupados em dois blocos, por suas afinidades de natureza.

### 1 – ASSOCIAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Atualmente são inúmeras as formas de organizações na sociedade brasileira que oferecem possibilidades aos sujeitos de participar das coisas públicas. Temos novas formas de participação: conselhos gestores, ONG'S, fóruns; convivendo com as formas tradicionais de participação: os partidos, os movimentos sociais, os sindicatos, as cooperativas e outras.

Como organizações formais, as associações tiveram sua origem primeiramente nos bairros das cidades, com a reivindicação de diferentes serviços urbanos inexistentes e, se multiplicaram, a partir dos anos 70, no contexto do acelerado e desorganizado crescimento urbano e ditadura brasileira.

As associações são formas de organização do associativismo civil que se caracterizam pelas reivindicações específicas, pelas práticas localizadas e temporais.

Segundo WARREN (2001, p. 42) as associações civis são entendidas como canais de participação na esfera pública, que envolvem as dimensões políticas e sócio-econômicas para alcance da melhoria da qualidade de vida e da defesa da cidadania.

São formas organizadas de ações coletivas empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução ou demandas comunitárias.

AMMANN (1977) explica o processo de constituição das associações, situando em nível micro-sociológico, onde acontece a sociabilidade, que é considerada por essa autora como principal responsável pelos grupamentos sociais. Tal sociabilidade pode se dar de forma espontânea, ou organizada, sendo indicador do grau e das formas de associatividade. Ou seja, um grupo tendo um melhor entrosamento, poderá ter maior possibilidade de qualidade na associação. Já o nível macro-sociológico consubstancia a associatividade propriamente dita.

AMMANN (1977, p. 49) considera que “a associação se efetiva, sobretudo mediante os grupos voluntários”. Fernandes (1995, p.19) ao refletir sobre as associações voluntárias compartilha dessa mesma idéia, afirmando que:

as pessoas se juntam, voluntariamente em pequenos ou grandes grupos para perseguir um objetivo comum. Fazem-no voluntariamente, não em resposta ao comando de uma autoridade, não como uma obrigação tradicional, e sem ter por motivo o lucro. Esse tipo de associação é um produto da escolha individual.

Essas associações perseguem uma causa comum, mas buscam respostas aos interesses individuais e particulares dos envolvidos, não se mobilizando em respostas de caráter coletivo.

Fernandes (1995) aponta para as seguintes características desse tipo de associação voluntária: são pró-ativas, à medida que juntam pessoas para fazerem algo, formam grupamentos de iniciativa autônoma, são formalmente circunscritas, apresentam variabilidade no foco de interesses e nas formas de organização, possuem natureza descentralizada, segmentada, difusa. São associações consideradas relativamente pequenas, o que facilita a aproximação dos seus membros nas tomadas de decisões. Ao conquistar uma certa independência, os participantes se tornam formalmente responsáveis pelo que acontece dentro dos grupos e nas suas práticas associativas. A dimensão política desse tipo de associação se dá quando assume uma legalidade e fornece uma estrutura para a afirmação de direitos legais.

Fernandes (1995) menciona ainda o risco desse tipo de associações, que ao serem criadas voluntariamente, podem ser desfeitas ou abandonadas com a mesma facilidade ou espontaneidade que foram criadas.

Frantz (2002) explica sobre o sentido social da prática associativa. Este autor parte do princípio de que na expressão - associação – se supõe um relacionamento horizontal, quando se entende que existe uma idéia de movimento, comunicação, diálogo, que vai sempre em direção ao outro. A aproximação acontece considerando as experiências, as cargas emocionais e racionais dos sujeitos. As necessidades, os desejos e os interesses comuns em direção ao melhor manifestam-se como sendo os responsáveis para impulsionar o deslocamento do âmbito individual, particular para o comum, o coletivo. É nesse movimento que aparece o sentido social da prática associativa, a qual, se estende do campo das idéias, até às práticas sociais, sejam elas práticas da cultura, da política ou da economia. Já o sentido político se mostra no momento que são implementadas as ações que visam a concretização desses interesses comuns.

Conforme as características mencionadas acima, as associações se diferenciam de outras formas de organizações pelas suas especificidades, por serem uma prática que corresponde às necessidades e/ ou interesses de um determinado grupo. Compreendem uma forma de representação social de grupo, que expressa uma relação dinâmica entre os indivíduos, os quais compartilham de interesses comuns. Sendo que a prática da associação, tanto pode ir à direção de uma transformação, de um lugar melhor, quanto garantir a manutenção de uma estrutura de alienação.

Quanto ao conceito de Participação, sabemos que apresenta múltiplos sentidos. É um conceito que vai desde a noção de adaptação ao status quo, até o de transformação social. Trazemos aqui autores contemporâneos como: Bordenave (1994, p.16) que se propôs pensar a participação como uma necessidade fundamental do homem. É pela participação que se pode expressar a tendência natural de “realizar, fazer coisas e conquistar a natureza e o mundo”.

Contudo, a participação compreende processos muito mais complexos do que o simples envolvimento de grupos por um objetivo. A própria origem etimológica da palavra mostra a complexidade dessa ação, quando entre outros significados, participar seria tomar parte, informar, partilhar, compartilhar. Conforme Bordenave (1994, p.16) a participação tem duas bases complementares: uma é afetiva e a outra é instrumental. Na afetiva o autor afirma que “participamos porque sentimos prazer em fazer coisas com os outros”. E a base instrumental significa que “participamos porque fazer coisas com os outros é mais eficaz e eficiente que fazê-las sozinhos”. Acrescenta que a participação pode ser ativa e passiva, sendo que, a diferença entre ambas encontra-se na qualidade de participar, ou seja, no sentido que o sujeito atribui a sua participação.

Na participação passiva o sujeito pode assumir condutas que demonstram desinteresses ao participar de várias manifestações sociais e, no entanto, não assumir nenhuma responsabilidade com as mesmas; a participação ativa envolve a preocupação na busca e ampliação de direitos; o sujeito pode assumir a participação apenas num grupo ou em vários, podendo se tornar extremamente responsável por estes.

Bordenave (1994) reforça também que a participação não é um corpo teórico que possa ser repassado e ensinado, nem uma técnica que possa ser treinada por meio de normas e regras. Mas, é um processo que implica experimentar, vivenciar, trocar com o outro no exercício cotidiano.

Demo (2001c, p.19) parte na mesma direção que o autor acima, considera que: “participação é conquista, é um processo infundável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo (...), participação não pode ser entendida como doação, dádiva, concessão, presente,

nem imposição ou como algo preexistente, nunca é suficiente, nem acabada”. A ideia de participação enquanto processo histórico aparece segundo este autor, porque historicamente o indivíduo já nasce dentro de uma estrutura de dominação sócio-política e econômica. E é por isso, que a “participação deve ser um processo histórico de conquista da autopromoção e auto-sustentação”. Deve ser um instrumento político, mas também econômico.

Demo (2002, p.12) orienta ainda que a história que vale a pena ser vivida, “é a história participativa, com o teor menor de desigualdade, de exploração, de mercantilização e opressão” e, somente por meio desse processo participativo, é que o indivíduo pode criar seu próprio espaço, alcançar melhorias individuais e coletivas, bem como, superar a pobreza política, de forma que supere também a pobreza socioeconômica.

Para tanto, é fundamental trabalhar a qualidade política da participação do indivíduo, cujo espaço é o dia-a-dia, a convivência simples, as relações interpessoais, de modo a direcionar para a construção de uma autonomia do sujeito. E alcançar essa autonomia significa segundo Giddens (1993, p. 206) propiciar “condições de se relacionar com outras pessoas de modo igualitário, onde as potencialidades do outro não apareçam como ameaça.”

Teixeira (2001, p.30) entende a participação como Participação Cidadã, entendida como:

Um processo complexo e contraditório entre Sociedade Civil, Estado e Mercado, em que os papéis se redefinem pelo fortalecimento dessa sociedade civil mediante a atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações. Nessa perspectiva a participação cidadã diferencia-se da participação social e comunitária, pois vai além da prestação de serviços à comunidade ou à sua organização. Não se confunde também com participação popular em geral designada para a ação desenvolvida pelos movimentos sociais.

Teixeira (2001, p.32) ao conceituar a participação cidadã enfatiza dois elementos fundamentais: “o fazer e o tomar parte” no processo político social por indivíduos, grupos e organizações, e a cidadania, no sentido “do direito a ter direitos”, bem como de responsabilidades e deveres. A participação cidadã supera a dicotomia entre participação e representação, processando-se principalmente em diversas experiências latino-americanas, no contexto da reconstrução e consolidação da democracia.

O segundo bloco compreende os seguintes conceitos:

## **2- A QUESTÃO RURAL, AGRICULTURA FAMILIAR, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.**

A discussão acerca do rural brasileiro aparece enquanto problema político nos anos 50, no seio de um importante debate, que gira em torno do desenvolvimento do Brasil. Período em que se ampliaram os debates sobre as temáticas referentes ao rural, dentre elas, o conceito de campesinato no Brasil, que passa a ser estudado sistematicamente como objeto teórico e prático, dentro de um contexto em que o acesso e uso da terra são ocupados historicamente pela grande propriedade ou latifúndio.

A partir daí as formulações do conceito de campesinato ganha hegemonia, começando a ser discutido como identidade política fundamental às lutas agrárias. O meio rural passa a ser visto em termos de relações de trabalho e formas de acesso à terra, aparecendo uma grande diversidade de sujeitos como latifundiários, posseiros, meeiros, lavradores, indígenas, quilombolas, entre outros.

Sobre o conceito de rural há diferentes olhares. Tem àqueles que entendem o rural a partir de uma diferenciação com o urbano, e àqueles que entendem o rural como um contínuo do urbano. Os primeiros particularizam o rural, evidenciando um campo cada vez mais longe da cidade. Partindo da dimensão econômica como base do conceito de rural, Solari (1972, p. 6 – 12) apresenta algumas características que resume o rural ao rural:

Produção de alimentos através da plantação e da criação de animais; As diferenças ambientais, já que no rural o contato com a natureza é direto e constante, e a própria atividade econômica que lhe é peculiar é realizada ao ar livre. O meio rural seria mais arremido à técnica, nas atividades rurais lida-se com organismos vivos e com as forças da natureza, que não podem ser inteiramente controlados. A população seria mais homogênea cultural e socialmente; Menos mobilidade social; A interação entre os indivíduos no rural se dá de forma mais direta e concreta, porque as pessoas conhecem mais intimamente seus interlocutores; Uma pessoalidade nas relações em oposição à impessoalidade que reina nas relações urbanas; O rural é menos complexo que o urbano.

A partir destes indicadores, evidenciamos um rural, na polaridade entre o campo e a cidade, sendo que esta proposta de oposição, pode não ter mais sentido na realidade brasileira atual, principalmente por conta da intensa penetração do capital no meio rural, que vem se instalando com mais força e vigor, à medida que meios e insumos tecnológicos são absorvidos na agricultura. Segundo Ranciaro (2004) a oposição campo/cidade é causada e reproduzida diariamente pelo capital, que cria interesses opostos e atribui funções para o campo e cidade.

Graziano (1996) defende a idéia de contínuo. Nos seus trabalhos, o rural é entendido numa relação com o urbano partindo da idéia de um contínuo de constante troca e mediação. Esse contínuo é compreendido como reflexo do desenvolvimento e aplicação de técnicas industriais na agricultura brasileira, que iniciou pela década de 1960, intensificando-se na década de 1970. Segundo Graziano a partir dos períodos mencionados, a industrialização na agricultura, endossada pelo Estado ocasionou várias conseqüências para o pequeno produtor rural, provocando a exclusão de milhares de famílias do processo produtivo agrícola, forçando-as a intensificar a busca por novas ocupações e estratégias de sobrevivência, entre elas, a de realizar novas tarefas produtivas que não fazem uso da terra, denominadas de pluriativas.

Solari (1972) embora concordando com as mudanças que o rural vem passando na atualidade, defende uma posição resistente à idéia de contínuo entre campo e cidade, argumentando que nem todos os locais, já se constituíram de mudanças e meios tecnológicos na agricultura, e que por isso, muitas localidades não têm como endossar a idéia de contínuo, permanecendo, portanto, a distância entre campo e cidade.

Contudo, mesmo assim, o argumento deste autor torna-se limitado, uma vez que seu olhar local fica desmembrado do global, negando a complementaridade dos opostos, da diferença, da riqueza que existe entre a interdependência no rural e urbano.

A pluriatividade é um fenômeno resultante e característico da modernização na atividade rural, que não é desenvolvida apenas nos locais onde já se inseriram as tecnologias, mas, em locais, que indiretamente sofrem o reflexo dessa modernização. Em algumas regiões brasileiras, tem sua propagação com maior velocidade a partir da década de 1980, período em que, a diferença entre o rural e o urbano vem se tornando cada vez menos perceptível.

Com o surgimento da pluriatividade no meio rural, têm autores como Veiga (1991) e Abramovay (1992) que enfatizam a idéia de incapacidade da agricultura familiar em remunerar de modo satisfatório a mão-de-obra das famílias rurais, e conseqüentemente de responder às necessidades, aspirações e anseios no sustento das mesmas.

Contudo, os referidos autores a partir desta abordagem eliminam as possibilidades de soma das novas atividades desenvolvidas no meio rural à agricultura. Pois as formas pluriativas não representam a descaracterização da agricultura familiar, mas sim, o seu fortalecimento expresso na elevação da renda e na garantia da estabilidade e melhoria nas condições de vida.

É neste momento, que se capta a resignificação do rural quando inclui diferentes atividades e ocupações características do meio urbano. Portanto, são mudanças que caracterizam o meio rural, dando uma configuração de um “novo rural”.

Frente a estas questões, é difícil discordar de Graziano, porque ainda que existam áreas rurais que remetem à idéia de como se estivéssemos no século XIX, como aponta Solari, é quase nula a possibilidade de não se ter nenhum contato com a cidade, pois, mesmo que seja mínima, existe sempre alguma relação.

A área em estudo, nesta investigação, se apresenta com base num rural / urbano. Mas, ainda não é tão complexa como foi descrita por Graziano.

Outra referência conceitual desta investigação, diz respeito à Agricultura Familiar. Cabe dizer, que este conceito apresenta dois componentes: Agricultura e Família.

Sobre a noção de Agricultura podemos dizer que o papel dessa atividade considerada milenar e universal, teve uma importância fundamental para entender o início das civilizações. O seu surgimento teve um impacto evidente principalmente porque podia influir na disponibilidade dos alimentos. No contexto brasileiro, historicamente, a agricultura apresenta três aspectos: político, econômico e o ecológico.

No aspecto político, a agricultura foi vista como uma atividade de subsistência, cujo objetivo principal é a produção de alimentos. Essa idéia veio sofrendo várias mudanças ao longo da história, dando possibilidade para introduzir na consciência coletiva a idéia da agricultura como atividade econômica, a quem se exigia a produção de lucro. Para este aspecto, Tamas (1990, p. 17) explica que a “agricultura como atividade econômica, especializada, intensiva e permanente constitui uma prática relativamente recente no Brasil e só começou a existir concretamente como setor econômico diferenciado a partir da independência política do país e, principalmente, da formação em seu interior de uma economia de mercado”.

Bem mais tarde, após a década de 1960, a partir da discussão do desenvolvimento sustentável, a agricultura inclui a dimensão ecológica, e vem sendo orientada na atualidade para a produção do bem-estar.

Diante desta perspectiva, a atividade agrícola mostra a sua multifuncionalidade: produz matérias-primas, permite o gerenciamento do espaço rural e possibilita espaço de defesa dos recursos naturais e do meio ambiente.

Quando se analisa a base técnica de produção do setor agrícola brasileiro, percebe-se que inicialmente seu funcionamento acontecia por meio dos grandes complexos rurais, que constituíam uma forma autárquica de organização da produção rural, onde a própria unidade

produtiva provia as suas necessidades de insumos e instrumentos e equipamentos de trabalho. Após 1850, com as restrições impostas ao tráfico negreiro e à vigência da Lei de Terras, os complexos rurais sofreram uma crise com uma alteração radical na sua base técnica de produção agrícola. Os complexos rurais, que nessa época tinham o café como o principal produto de exportação, tiveram que introduzir novos elementos na forma de organização da produção agrícola, como o emprego do trabalho livre e o deslocamento de várias das atividades manufatureiras, do interior das unidades produtivas, para os centros urbanos em expansão.

A crise dos complexos rurais estendem-se até os anos de 1950 quando é cogitado o início do processo de modernização da agricultura brasileira, cuja gênese esteve contextualizada ao mercado dos setores da indústria de guerra, em especial, das indústrias mecânica e química. Como resultado, o caráter natural e artesanal da produção agrícola passa a dar lugar à tecnificação das atividades agrícolas, pela via de sua progressiva mecanização e quimificação. Nas suas primeiras etapas, a modernização das atividades agrícolas se desenvolveu com as importações de tratores e insumos químicos para uma produção condicionada ao setor externo. Segundo Graziano (1996, p. 05) a agricultura brasileira passou do chamado “complexo rural” para os “complexos agroindustriais” e ganhou uma nova configuração passando a ser “uma estrutura complexa, heterogênea e multideterminada”.

Essa agricultura nos anos 1980 expõe o seu perfil de forte estratificação. A produção familiar, portanto, classifica-se como um dos seus segmentos, e a dinâmica da família da agricultura camponesa é caracterizada por traços específicos, com tradições consolidadas em regras de herança, de parentesco e de formas de vida local. O patrimônio dos pais para os filhos caracteriza-se na continuidade geracional. Mas, é a relação conjunta que propicia o elo mais forte, que vai além do parentesco e da consangüinidade, já que é construída pelos laços de fraternidade locais.

Portanto, a agricultura familiar, é caracterizada pelo trabalho realizado pelos integrantes da família, que é a dona da propriedade rural, sendo que , não pode ter mais que 50 (cinquenta) hectares de terra, caso contrário, sai da classificação de pequenos agricultores.

Vale mencionar que no meio rural, há uma pluralidade de sujeitos que está incluído nessa classificação anterior, dentro de uma heterogeneidade de relações sociais e formas de trabalho. Assim têm-se a agricultura familiar camponesa, que produz produtos agrícolas para fins de subsistência; o colono está relacionado com os agricultores imigrantes que chegavam de outros países e compravam uma colônia, uma gleba de terra para sua família trabalhar; o proletariado que é o empregado rural; e os trabalhadores rurais, como categoria que serve para

unificar numa única forma, todos os que vivem da pequena agricultura e está relacionado com as lutas sindicais, enquanto conquistas dos direitos trabalhistas.

As experiências que estão vinculadas à agricultura familiar questionam o modelo de desenvolvimento rural dominante, por ser direcionado para produtores que tem grandes extensões territoriais, ou que estão no processo de transição da pequena para a grande propriedade, são os considerados intermediários ou os “viáveis” capazes de adquirir meios tecnológicos e produzir para o mercado externo. É este público que o Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar – PRONAF beneficia. É um programa para o desenvolvimento rural que elimina grande parte de agricultores familiares camponeses já em seus critérios de seleção. Assim, uma de suas características é elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social. É um programa que se restringe às atividades da agricultura e da pecuária, sendo que os agricultores familiares devem possuir 80% da renda familiar no valor de até R\$ 27.500,00, anual das atividades mencionadas acima.

É um programa que oferecem condições desiguais e gera cada vez mais desigualdades, porque muitos agricultores não se enquadram no perfil criado para este programa.

No Brasil, segundo os dados do INCRA/FAO (2002 ) apresentam valores aproximados sobre a agricultura familiar e a agricultura patronal ou do agronegócio.

A agricultura familiar camponesa representa 85,2% do total dos estabelecimentos, ocupa 30,5% da área total, sendo responsável por 37,9% do Valor Bruto da Produção de Agropecuária Nacional (VBP) recebendo 25,3% dos recursos destinados para o financiamento da agricultura. Diferentemente da Agricultura Patronal que só tem 11,4% dos estabelecimentos totais, possui uma área de 67,9%, responde com 61% com um valor bruto da produção e fatura 73,8% da produção.

Diante destes dados, é possível observar que a maioria das terras ainda está concentrada nas mãos de poucos proprietários. Isto significa que o poder de decisão encontra-se então, no agronegócio, considerado por Fernandes (2004) como um novo tipo de latifúndio, só que um pouco mais amplo e mais perverso, porque não só concentra e domina a terra, mas também, a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento. Produz uma única cultura e com exclusividade para o mercado externo. Tem a mídia a seu favor, por isso, vende a imagem de que seu modelo de desenvolvimento é a única via possível, e tem apoio de estudiosos que homogeneizam as relações sociais no campo, bem como, as formas de organização do trabalho e do território como se fosse da mesma natureza. Comparam as

produtividades do agronegócio e da agricultura familiar camponesa, privilegiando o primeiro, e assim, contribuindo para que os recursos se direcionem para o agronegócio.

Embora a agricultura familiar camponesa fique em posição desfavorável, ao agronegócio, ela ainda é segundo o IBGE 2003, responsável por praticamente 80% do abastecimento dos alimentos básicos brasileiros: arroz, leite, feijão, trigo, mandioca, batata, entre outros. Abastece o mercado interno nacional utilizando propriedades menores, mão-de-obra especialmente da família, diversificação da produção em detrimento da monocultura, com produção para o mercado interno.

Alguns teóricos como Veiga (1991, p. 190-2 ) e Abramovay (1992, p.21-2 ) entendem a agricultura familiar como expressão ampla e flexível que não contempla as formas de organização produtiva, ancoradas no emprego de grandes contingentes de trabalhadores assalariados, com a separação entre o trabalho e a propriedade dos ativos (terra, equipamentos, instalações..).

Os referidos autores, homogeneizando as relações sociais entendem a agricultura familiar a partir de três características: o produtor, para ser um agricultor familiar deve produzir por meios de recursos tecnológicos, ter o respaldo efetivo do Estado no desenvolvimento de políticas públicas e esteja altamente integrado ao mercado. Partindo do ponto do pequeno agricultor, este conceito é excludente, por não corresponder de fato, à realidade desse pequeno agricultor camponês brasileiro. É uma abordagem que está mais próxima às características da agricultura patronal, da agricultura do agronegócio: com a presença do empresariado rural, o desejo de obter lucro imediato e se utilizar de meios tecnológicos.

Considerando a lógica dos autores acima, que é uma lógica do desenvolvimento por meio da exclusão, os pequenos produtores camponeses podem chegar a ser um agricultor familiar, mas o agricultor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não retorna à categoria de camponês. Por essa razão, no momento de implementação de projetos de desenvolvimento rural, muitos pequenos agricultores não são considerados, ou seja, não são incluídos. Assim, a agricultura familiar para os referidos autores é “uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados”, e que, portanto, vinculado ao mercado, com a presença do Estado e com meios tecnológicos.

Por outro lado, temos autores que não concordam inteiramente com essa abordagem conceitual de Agricultura Familiar, por considerar que a maior parte da população do campo

brasileiro está ligada a pequenas e médias propriedades, e que dificilmente contempla a idéia dos autores citados.

Carneiro (1999) e Fernandes (2001) são os autores que analisam de modo diferente o conceito de agricultura familiar. Carneiro considera que agricultura familiar é um conceito que tem uma trajetória considerada curta em termos temporais, cujo debate, ainda é bastante polêmico apresentando discordância quanto aos princípios definidores. E discorda da abordagem acima, por apresentar uma noção ambígua, um caráter amplo, e ao mesmo tempo limitado, uma vez que, não diferencia a grande variedade de agricultores existentes. Segundo esta autora, o conceito engloba ainda em uma única conceituação, grupos sociais heterogêneos com princípios definidores divergentes. Tal abordagem apresenta também um caráter excludente, quando focaliza a análise na produção, e, portanto, na relação entre produtor e mercado e nas condições para responder as demandas do mercado. Com isso, a autora enfatiza que, “o resultado, vem se traduzindo numa seleção bem reduzida de produtores considerados aptos para se enquadrar no perfil produtivista” Carneiro (1999, p.329).

Nesse sentido, Carneiro (1999) propõe um conceito que procura não reduzir a lógica das relações sociais à lógica do econômico. Ao invés de privilegiar a unidade de produção no conceito de agricultura familiar, Carneiro, centra-se sua abordagem na unidade familiar como “unidade social, que administra a reprodução social de seus membros em situações materiais e culturais distintas”. Justifica que ao eleger a família como unidade de observação neste conceito, e não a unidade de produção, dois aspectos podem ser contemplados: o primeiro envolve as relações entre os indivíduos e, o segundo, refere-se aos valores que dão sentidos a essas relações.

Fernandes (2001, p. 29-30) também discorda da abordagem na perspectiva produtivista feita por Veiga e Abramovay. Destaca que estes teóricos defendem não só uma produção integrada ao mercado, com meios tecnológicos, mas também, a eliminação dos camponeses e a desintegração do campesinato. Para Fernandes (2001), essa construção teórica ressalta uma compreensão de que o camponês representa o velho, o arcaico e o atraso, enquanto o agricultor familiar representa o novo, o moderno, o progresso. Contudo, para Fernandes (2001) tanto Veiga como Abramovay não valorizaram o que de melhor existe na formação dos camponeses, que é a luta política desenvolvida por meio das ocupações de terra. E que ao ignorar esta parte essencial da formação atual dos camponeses brasileiros, é segundo Fernandes (2001) não ter referencial para compreender esse processo.

Wanderley (1999, p.23) partilha do mesmo pensamento de Carneiro e Fernandes e propõe um conceito de agricultura familiar no qual:

a família ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume a força de trabalho no estabelecimento produtivo. O caráter familiar não é mero detalhe, pois o fato de uma estrutura produtiva associar família, trabalho e produção tem conseqüências fundamentais para a forma como ela se organiza econômica, social, cultural e subjetivamente.

Assim sendo, as unidades familiares neste enfoque possuem baixo consumo de máquinas e equipamentos e reproduzem a lógica de produzir mais com menos.

Nesta perspectiva, a agricultura familiar procura se aproximar de uma proposta mais sustentável, incluindo o vínculo da família com a terra, a presença da emoção pelas gerações que viveram nela, além de suportar longos momentos de privações ou lucros negativos.

O conceito referente ao Desenvolvimento Sustentável nasce a partir das discussões que envolvem a industrialização, o crescimento econômico e o meio ambiente. O termo vem sendo discutido desde a década de 1970, como resultado de uma crítica ao modelo de crescimento econômico. O princípio do crescimento econômico se fundamentava na crença da razão, do conhecimento técnico científico, no domínio da natureza com exportação maciça dos recursos naturais. Os seus formuladores pensavam um crescimento ilimitado, sem a preocupação com os impactos causados ao meio ambiente. A teoria era pautada em padrões de expansão quantitativa da produção e consumo, com eficiência econômica de mercado, sendo baseado no esbanjamento de energia não-renovável, na degradação ambiental, na marginalização social e política, na espoliação de mão de obra e recursos ambientais. Nesta lógica, o desenvolvimento adotado justificava-se na idéia de que, quanto maior a utilização dos recursos naturais, maior seriam as possibilidades de expansão de uma economia.

As conseqüências neste ponto de vista seriam extremamente danosas ao ecossistema, e o modelo de sociedade sob esta ótica, se tornaria insustentável, uma vez que no futuro a escassez de capital natural seria inevitável e o conseqüente crescimento interrompido. A discussão para um novo modelo de sociedade partiu desse raciocínio.

A proposta do desenvolvimento sustentável envolveu a relação entre meio ambiente, desenvolvimento econômico inspirado na noção de sustentabilidade. Por meio dessa relação os recursos naturais e o meio ambiente seriam usados sem alcançar o esgotamento e a inviabilidade da vida. A diferença estaria na expressão sustentabilidade que é um termo que

envolve a qualidade de conservação, preservação, manutenção, alimentação, nutrição, equilíbrio e permanência.

Nessa perspectiva, sustentabilidade vem a ser um processo de mudança social que implica as transformações das relações econômicas e sociais, com uma ética voltada para os modos de vida com longo período, onde a qualidade de vida passa a ser uma prioridade. E a proposta de desenvolvimento sustentável negadora do crescimento econômico, que implicava a degradação dos recursos naturais, prioriza então, uma nova ética de desenvolvimento que sublinha a necessidade de se utilizar os recursos naturais com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das populações locais e a satisfação de suas necessidades básicas por meio de recursos sociais e ecologicamente adequados. O exercício da descentralização nas tomadas de decisão e solidariedade com as gerações futuras também está presente nessa perspectiva de mudança. Assim, dois aspectos aparecem na proposta: a prioridade na satisfação das camadas mais pobres da população e as limitações que o estado atual de tecnologia e organização social impõem sobre o meio ambiente.

Essa proposta foi anotada em importantes documentos como a Estratégia Mundial para a Conservação, Nosso Futuro Comum da Comissão Brundtland (ONU, 1987), Cuidar da Terra (UINC, WWF e PNUMA, 1991) e o Informe da Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e Caribe (1991).

A definição mais conhecida é o da Comissão Brundtland (Nosso Futuro Comum, 1987), que levou à convocação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) ou Eco-92, segundo o qual o “desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades”. ( In: DIEGUES, p. 26, 1992)

Segundo Diegues (1992) a base ecológica com a conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais é o alicerce do conceito de desenvolvimento sustentável.

De acordo com a Estratégia Mundial para a conservação (EMC, 1980), existem outras condições para que a primeira se afirme: a social, cultural e política.

Assim, o novo estilo de desenvolvimento tem por norte uma nova ética de desenvolvimento que seja ambientalmente sustentável no acesso e no uso dos recursos e na preservação da biodiversidade. Socialmente sustentável na redução da pobreza e das desigualdades sociais, promoção de justiça e equidade. Culturalmente sustentável na conservação do sistema de valores, práticas e símbolos de identidade e politicamente

sustentável ao aprofundar a democracia e garantir o acesso e a participação de todos nas decisões de ordem pública.

Dentre os modelos de agricultura sustentável encontramos a agricultura orgânica. A proposta desta é produzir mais, usando os recursos com mais racionalidade, menos insumos e menor desgaste ao meio-ambiente.

Morin (2004, p.41) fala que temos que pensar numa sustentabilidade do desenvolvimento para que possamos assegurar a sustentabilidade da humanidade. Para tanto, temos que superar esse pensamento de desenvolvimento que utiliza a natureza até o seu esgotamento. Este é o grande desafio segundo este autor, porque foi em nome desse desenvolvimento desenfreado que muitas culturas foram banidas, muitas populações indígenas dizimadas, e “muitos povos desapareceram”. Por isso, temos que superar “uma agricultura unicamente quantitativa, utilizadora de produtos químicos, de efeitos desastrosos em vários setores: poluição, degradação das águas...”, entre tantas outras áreas. A proposta deste autor direciona para “a tomada de consciência das próprias populações em sua capacidade de federar-se”. (Ibid.p.25)

Nesta perspectiva a sustentabilidade vai exigir mudanças fundamentais do ser humano no seu modo de pensar, viver, agir, produzir, consumir, e ao mesmo tempo, construir a noção de conservação que significa utilizar sem destruir ou depredar a fonte de origem. E neste sentido, é possível exercitar a tomada de consciência fundamentada na ética dentro do associativismo, por meio de práticas participativas na possibilidade de garantir vida às civilizações futuras.

## II CAPÍTULO - CONTEXTUALIZAÇÃO: CAMPO LIMPO E O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS “RANCHO FUNDO”.

### 1 – APRESENTANDO CAMPO LIMPO

Campo Limpo é um território rural localizado na parte leste do município de Santo Antônio do Tauá, no nordeste paraense.

A sua origem está relacionada com a presença de vários rios na região, que são fundamentais na navegabilidade e na comercialização dos produtos da população ribeirinha. Os rios Tauá, Imbituba, Patauateua e Mojuim, de denominação indígena são os principais responsáveis pelo surgimento da maioria das localidades desse município.

A existência de Campo Limpo é anterior à vila que originou o atual município de Santo Antônio do Tauá, pois de acordo com a pesquisa documental, Campo Limpo em 1820 já existia; em 1821-1840 serviu de estadia e passagem por via terrestre e fluvial para os cabanos, no período do movimento da Cabanagem<sup>7</sup>. Nessa época, a região pertencia ao município de Vigia.

Santo Antônio tornou-se povoado em 1901, vila, em 1930 sendo que só foi reconhecido como Santo Antônio do Tauá, após o seu desmembramento e incorporação de parte do município de Vigia e parte do município de Santa Izabel do Pará, criado pela lei 2.460 de 29 de dezembro de 1961.

Historicamente, as terras que formaram esse município eram de propriedades dos indígenas Tupinambás<sup>8</sup> que estavam na região, período anterior ao século XVII. Alocavam-se de preferência acompanhando o vale dos rios, faziam uso intenso dos recursos fluviais e marítimos, da pesca, das caças nas matas amazônicas e da agricultura de coivara, com ênfase na produção da mandioca amarga para a produção da farinha (FAUSTO, 2000 p. 69).

---

<sup>7</sup> Movimento revolucionário e Popular de luta contra o regime mercantilista do Império. O movimento esteve composto de vários segmentos populares entre eles estavam os tapuios, os caboclos e negros, os quais, moravam em cabanas (palafitas típicas das margens dos rios amazônicos), insatisfeitos com a administração da província do Grão Pará. Os líderes invadiram a capital da Província do Grão Pará, tomaram o poder em 07 de janeiro de 1835, governaram num intervalo legalista até julho do mesmo ano. Esses sujeitos permaneceram no poder em Belém até 13 de maio de 1836. Esse movimento tem início em 1821 e se estendeu até 1840.

<sup>8</sup> Ver: FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000.

Infelizmente a história oficial<sup>9</sup> da constituição desse município nega a importância histórica e a existência da população nativa na região, que era formada por indígenas tupinambás. A história do surgimento da cidade de Santo Antonio do Tauá começa a ser contada a partir de dois acontecimentos: a chegada dos espanhóis em 1890 e a dos nordestinos em 1901.

Como bem expressa José Arbex Jr (2004 p.14)<sup>10</sup> “a elite sempre foi capaz de confortavelmente, contar ao seu modo a história do país, (...) numa versão oficial intimidada e sufoca vozes”.

Isto posto, em 1890, o governador do Estado, na ocasião José Paes de Carvalho, respaldado pela Lei de Terras de 1850<sup>11</sup>, transfere para mãos de particulares, grande quantidade de terras expropriadas das comunidades indígenas e camponesas.

Essa lei autorizava o governo a manter o monopólio da apropriação das terras alienando-as por meio da venda ou arrendamento, como e quando quisessem. E legitimava ainda outras formas de posse, particularmente a invasão e apossamento de terras públicas, por grandes proprietários.

Assim, com o discurso de povoar a área, por considerar a população local insignificante, o governador do Pará doa parte das terras de Santo Antônio do Tauá aos migrantes espanhóis para uso e exploração principalmente da agricultura.

Para isso, criou toda uma infra-estrutura financiando os pesados encargos necessários à montagem dessa atividade.

Segundo dados históricos, os espanhóis abandonaram tais terras, e os motivos referentes ao abandono não ficaram esclarecidos nos relatos oficiais da historiografia estudada. Tal situação permite entender o clima de revolta e de violência que passa a dominar após a desapropriação das terras da população local.

O segundo acontecimento ocorreu em 1901, período em que a população do nordeste brasileiro vivia as adversidades naturais da seca e a difusão da miséria. Muitas pessoas tiveram que deixar seu local de origem, se desenraizar, para instalar-se em outras regiões do país. Nessa época também, a Amazônia vivia a expansão do extrativismo da borracha, a

---

<sup>9</sup> ROCQUE, Carlos. **História dos Municípios do Pará**. Belém: Cejup, 1998, 5ª ed. rev., Fascículo 15 (Encarte: A Província do Pará).

<sup>10</sup> ARBEX, José. **Jornalismo de Verdade**. In: BRANFORD, Sue e ROCHA Jan. **Rompendo a Cerca: a história do mst**. Tradução: Rubens Galves Merino. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

<sup>11</sup> Essa lei não reconhecia as formas tradicionais de posse e uso da terra de negros e indígenas. Exigia dos mesmos títulos legais e estabelecia o acesso legal à terra unicamente pela compra. A lei, no seu artigo 3º, autorizava o governo a vender ou arrendar maiores porções do território nacional, o que viabilizava os interesses dos grandes proprietários em ampliar seus domínios.

extração de produtos florestais e representava de certa forma, a esperança para muitos migrantes nordestinos.

Assim, nesse ano, chegaram ao Estado do Pará, na região de Santo Antônio do Tauá muitos nordestinos, dentre eles, um grupo chefiado pelo potiguar major Manoel Cornélio Barbosa Cordeiro Peixoto, considerado figura célebre por ter lutado na Guerra do Paraguai. Trouxe consigo uma carta feita por hierarquia superior militar, endereçada ao governador Augusto Montenegro, solicitando intersecção em seu favor. De pronta ação, a prática de favores se efetivou.

Como prevalecia o mando político dos coronéis (da hierarquia militar) e o favorecimento do Estado aos interesses das classes dominantes, o governador doou ao major Manoel Cornélio Barbosa Cordeiro Peixoto a mesma extensão territorial que antes doara aos espanhóis, responsabilizando-se nessa política de favores e cordialidade, tanto pela construção de um engenho de açúcar e demais investimentos que viessem a ocorrer nessas terras, como pelo cultivo da agricultura pelas famílias instaladas.

A posse da terra como meio de produção se configurou, na ocasião, como principal elemento para assegurar a força do mando político, o que não tardou para que a família do major Manoel Cornélio Barbosa Cordeiro Peixoto se transformasse no primeiro núcleo político desse município. Foi a partir desse momento histórico que ficou oficializado o surgimento da localidade, hoje sede do município, bem como, a política da cerca, e o início da dominação, do mando, da subordinação e da concentração fundiária no município.

De acordo com o censo do ano 2000 divulgado pelo IBGE, a região administrativa de Santo Antônio do Tauá tem uma base territorial de 537,63km para uma população de 19.835 habitantes distribuída em três distritos: Santo Antônio do Tauá, Espírito Santo do Tauá, e São Raimundo de Borralhos. A população urbana corresponde, em sua maioria, ao total de 10.388 (ou 52,3%) e a rural a 9.447 (ou 47,6 %) habitantes, demonstrando pouca diferença entre as áreas.

Dos residentes na área rural, aproximadamente 358 habitantes vivem no Ramal do Bom Jesus, composto por cinco localidades: Bom Jesus, Éden, Taperinha, Triunfo e Campo Limpo. A localização desse Ramal está no Km 29 da Rodovia Estadual PA 140, que liga o município de Tomé-Açu a Vigia.

Conforme pesquisa da UFPA<sup>12</sup>, a localidade de Campo Limpo é constituída por 32 famílias num total de 85 habitantes, ocupando aproximadamente seis lotes contendo 25

---

<sup>12</sup> Fonte: Pesquisa UFPA- Universidade Federal do Pará - Departamento de Serviço Social e da Agricultura Familiar realizada em 2003.

hectares cada um, sendo que, em um dos lotes vivem 18 famílias, ou seja, quase metade das famílias existentes.

As famílias são de origem cabocla, nascidas e criadas na região, guardando fortes traços indígenas nos seus aspectos, tanto físicos, quanto culturais. A prática da roça é um indício dessa herança, constituindo-se sua principal fonte de reprodução. A roça se localiza um pouco distante da residência das famílias, onde são plantados a mandioca (sua principal cultura), o milho, o arroz, o maxixe, o quiabo, o abacaxi, o jerimum, a melancia e outros produtos destinados ao consumo da família como também para a venda ou troca. A farinha derivada da raiz da mandioca constitui um produto indispensável na alimentação da população local.

A forma de organização da produção das famílias em Campo Limpo é com base no mutirão<sup>13</sup>, o qual, envolve o conjunto da família, dos parentes, e vizinhanças.

Até 2004, a maioria das casas de Campo Limpo era construída predominantemente com materiais de madeira, algumas de barro, cobertas de palha e ou telha. O sanitário ficava fora da casa. Em 2005, começaram as construções em alvenaria. Em muitos casos ainda utilizam as águas dos rios e igarapés para satisfação de algumas necessidades como a lavagem de roupa e o banho.

A realidade de Campo Limpo é diferenciada enquanto espaço rural. Indica um campo interdependente nas relações comerciais, culturais, com a cidade de Santo Antônio do Tauá.

Vale assinalar que Campo Limpo está distante do centro de Santo Antônio do Tauá, aproximadamente 15 km e da cidade de Belém 85 km.

Os indicadores da realidade estudada mostram que alguns hábitos urbanos são incorporados de algum modo nessa realidade social, visíveis na compra das roupas, dos utensílios domésticos, na assimilação das músicas que chegam via rádios de pilhas e nos medicamentos farmacêuticos. Em Campo Limpo, as condições que indicam ausência de direitos básicos também são visíveis e a realidade mostra o isolamento, o abandono estatal como se a população ainda vivesse no século XIX: sem energia elétrica, sem saneamento básico, sem transporte, ausência de educação com poucos serviços públicos municipais: duas escolas de nível fundamental e um posto de saúde, que estão longe de atender as necessidades básicas da população local.

---

<sup>13</sup> O mutirão é “um contrato com fundamento moral e não legal, no qual existe a importante característica da retribuição cuja unidade é o dia de serviço”. (Ponte, 1985. p. 68)

Quanto à organização social, o Ramal do Bom Jesus conta com uma associação de moradores, equipamentos recreativos como campo de futebol e salões dançantes, bem como, igrejas das religiões católica e evangélica.

Algumas práticas religiosas chegam a se constituir num sincretismo remanescente de europeus, indígenas e africanos. As credences, as rezas e superstições povoam o universo mítico da população local. Uma população que encontra respostas em saberes tradicionais, transmitidos pelos mais idosos e atualizados através das gerações seguintes. Organizam e produzem seus meios de sobrevivência em função das relações com a natureza. Ao redor das casas ficam, além das plantas medicinais (das quais fazem amplo uso no tratamento de suas doenças), as árvores frutíferas regionais que, juntamente com a farinha e o carvão, constituem-se em fonte básica de renda. Assim atribuem significados e valores importantes para a vida nas leituras da natureza, como no comportamento de animais e nas fases da lua e do sol. Conforme frisa o Sr. Lúcio em seu depoimento:

Aqui à noite, quando não temos que levantar 5 horinhas pra se arrumar e ir pro trabalho, porque quem trabalha no campo tem que aproveitar levantar cedo, ir cedo pro trabalho por causa do sol que é muito forte, e quando ele tá na direção de nossa cabeça, a gente sabe que é meio dia, hora do almoço, ninguém agüenta, e como é um trabalho pesado, na enxada, na capina, cansa muito. À noite, a gente se reúne e vai conversar sobre tudo: sobre o dia de trabalho, sobre alguma coisa que aconteceu com o vizinho, sobre os causos de assombrações que aconteceram até com os meus filhos, quando iam pra escola à noite, tinha um lugar que passava no igarapé e era visagento e eles chegavam assombrados aqui em casa. Uma das minhas filhas numa das noite que até choveu muito, chegou com uma febre de queimar e naquela hora da noite, sem ter posto de saúde por aqui, a minha esposa teve que fazer uns chás pra ela, foi aí que teve o alívio até o dia seguinte. (Lúcio, 67 anos, Conselheiro).

Neste relato percebemos também que o tempo que orienta tanto o Sr. Lúcio quanto o restante dos nativos de Campo Limpo ainda é o tempo da natureza, o tempo biológico, diferentemente dos trabalhadores urbanos, que tem seu tempo controlado pelo relógio.

Neste sentido, diante da caracterização de Campo Limpo, apresentamos, em seguida, o Processo de Criação da Associação de Pequenos Produtores Rurais Rancho Fundo.

## **2 – O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS “RANCHO FUNDO” E O CULTIVO DA PRIPRIOCA EM CAMPO LIMPO.**

A origem da Associação de Produtores Rurais Rancho Fundo está relacionada com uma disputa político-partidária entre os membros do PT e do PSDB em Campo Limpo. Das 32 famílias que residem nesta localidade, 16 (dezesesseis) são filiadas ao Partido dos Trabalhadores. Embora sendo um número expressivo que fizera opção pelo PT, este fato não interferia na dinâmica das relações estabelecidas pelos moradores em Campo Limpo. Entretanto, em 2002 houve uma mudança, logo que chegou nessa localidade, por intermédio do Deputado Federal e Vice-Líder do PT-PA, Paulo Rocha, uma proposta da Natura<sup>14</sup> para plantação da priprioca, apresentada às famílias filiadas ao PT. Vale mencionar que neste momento, o país estava em campanha eleitoral, para os cargos de Presidente, Governadores, Deputados e Senadores, e na ocasião, Paulo Rocha, além de disputar a reeleição, fazia campanha ao candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do PT contra José Serra, do PSDB.

Isto posto, dezesseis (16) famílias de Campo Limpo ficaram excluídas da possibilidade de participar do projeto de plantação da priprioca para a Natura, visto que, apoiavam os demais partidos, principalmente da coligação PMDB/PSDB. Isso gerou uma disputa entre as famílias contempladas e as não contempladas, o que provocou um distanciamento nas relações entre elas, levando 02 (duas) das 16 (dezesesseis) famílias que apoiavam os candidatos do PSDB a uma iniciativa de organização própria no plantio da priprioca.

---

<sup>14</sup> A Natura é uma empresa brasileira com existência desde 1969, como fabricante de cosméticos no Brasil, na Argentina, Chile, Peru, Bolívia e México.



**Foto 03: 13/07/2004 Gramíneas de Priprioca**

A priprioca é uma das floras aromáticas e medicinais nativas da Amazônia. É uma herança indígena, transmitida oralmente de uma geração a outra pela população local, para fins medicinais, banhos perfumados e fragrâncias domésticas, sem valor comercial. Contudo, essa cultura começa a ganhar notoriedade no mercado de cosméticos, por meio da Natura Ekos, que conheceu a priprioca no Mercado Ver-o-Peso, em Belém, e a escolheu como ingrediente de mais uma fragrância de Perfume do Brasil, principalmente por ser uma flora rica em óleo essencial<sup>15</sup>. Este óleo, segundo CUNHA (2006, p.20-21)<sup>16</sup>, ocupa um lugar predominante nos mercados de farmácia, perfumaria, cosméticos, indústrias agro-alimentícias e, mais recentemente, na medicina alternativa da aromaterapia. Assim, fixa aromas em inúmeros produtos. A exemplo do ramo de cosméticos, inclui: perfumes, produtos para cabelos, maquiagem e cosméticos dermatológicos corporais ou faciais. São utilizados em condimentos, são úteis para mascarar odores desagradáveis em ambientes de trabalho e instalações sanitárias, bem como são usados em produtos das indústrias de plásticos, tintas,

---

<sup>15</sup> Segundo a Organização Internacional de Padrões – ISO, os óleos essenciais são retirados de plantas tanto rasteiras como a hortelã quanto de grande porte como o eucalipto. “São misturas complexas de substâncias voláteis, lipofílicas, odoríferas e líquidas a temperatura ambiente”. Apresentam como características a aparência oleosa à temperatura ambiente, volatilidade, solubilidade e incolor. O resultado é obtido por meio do processo de destilação e arraste com vapor d’água.

<sup>16</sup> CUNHA, Dionilson Cardozo da. **Produção de Tuberculos e de Óleo Essencial de Priprioca: em função da adubação orgânica e calagem**. Dissertação de Mestrado em Agronomia, área de Concentração em Solos e Nutrição de Plantas. Belém: UFRA, 2006.

borrachas, inseticidas, entre tantos outros produtos. A priprioca é plantada tradicionalmente em áreas de queimada de mata secundária, onde há cinzas, em conjunto com a mandioca. Mas nasce também nas margens dos igapós. Para CUNHA (2006), uma das características dessa planta está voltada à sua habitabilidade de sobreviver e reproduzir tubérculos<sup>17</sup> em condições adversas, crescendo satisfatoriamente em quase todo tipo de solo, sob escala larga de altas temperaturas, por tratar-se de uma planta amazônica. Sua propagação se dá por meio de rizomas<sup>18</sup> delgados.



Foto 04 : 13/07/2004 Raiz da Priprioca

Neste contexto, a partir da disputa do plantio da priprioca, esta cultura passou a ter um novo valor econômico em Campo Limpo, bem como acentuou as relações de concorrência entre as 16 (dezesesseis) famílias filiadas ao PT e as 02 (duas) famílias filiadas ao PSDB.

---

<sup>17</sup> Tubérculo – significa a excrescência arredondada de certas raízes, que constitui reserva nutritiva. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **MiniDicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 4ª edição Ampliada..

<sup>18</sup> Rizomas – são caules subterrâneos que crescem horizontalmente, ramificando-se para dar origem a novas plantas. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **MiniDicionário da Língua Portuguesa**. Ampliada, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, 4ª edição.

Assim sendo, a população local começa a se organizar para uma produção com fins comerciais e, conseqüentemente, a própria amplia a dimensão cultural dos moradores de Campo Limpo para estender-se ao uso e à troca. Para Marx<sup>19</sup>, quando isto acontece, o valor de uso é abstraído ou desaparece, dando lugar a valores mercantis. Ao produzir a mercadoria “não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social (...) para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca”. Assim, a mercadoria é “todo produto que é consumido por outro, que não o produtor” (Marx, 1985 p.49).

Assim, tanto as famílias do PT quanto as do PSDB, impulsionadas pela necessidade e pela perspectiva de melhores condições de vida, correm o risco de serem ocultadas no processo de produção, já que o valor é atribuído à compra da própria e não à qualidade das relações inter-familiares estabelecidas na localidade. Por isso, criar uma associação pode ser o desafio das famílias de se manterem visíveis na terra e gerar renda.

A criação da associação foi impulsionada pelas Universidades UFPA e UFRA, que por meio de seus professores e alunos dos cursos de Serviço Social, Agricultura Familiar, Agronomia e Química, contribuíram no processo de trabalho de reflexão, informação, orientação e planejamento com os participantes da associação, na perspectiva de estimulá-los à compreensão de trabalho em grupo, associativismo e noção de cidadania. A construção do Estatuto Social da Associação com suas finalidades, objetivos, funções foi realizada a partir das indagações e dúvidas dos associados, e refinados com as discussões propostas pelas Universidades no decorrer do processo de sua constituição.

---

<sup>19</sup> MARX Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução: Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985. pp. 45-85, 2ª ed.



**Foto 05: 15/11/2003 Alunos dos cursos de Serviço Social e Agricultura Familiar da UFPA**

A Associação ficou cerca de 01 (um) ano no processo de maturação para ser uma organização, e só foi fundada juridicamente no dia 11 de outubro de 2003, com três associados registrados em cartório. Mas na prática essa associação começou a funcionar com 15 (quinze) componentes e atualmente conta com 20 (vinte). Em decorrência de dificuldades financeiras no período inicial, apenas 03 (três) pessoas tiveram os nomes legalizados, pois o valor cobrado para legalização de cada participante na associação correspondia, no período, a uma quantia de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Desde então, a Associação se definiu formalmente como uma sociedade civil sem fins lucrativos, constituída juridicamente por pessoas físicas com sede na localidade de Campo Limpo e com prazo de funcionamento indeterminado. Essa associação surgiu da necessidade em organizar o trabalho na gestão, produção e comercialização da pirioca, tendo como objetivo a melhoria nas condições sociais dos associados.

A finalidade social da associação está na representação e defesa dos interesses dos seus associados na atividade agrícola, no estímulo à melhoria técnica profissional e social, na representação dos associados em ações coletivas de seu interesse, no auxílio aos processos de comercialização e na realização de operações financeiras e bancárias.

Os 15 (quinze) participantes fazem parte de 03 (três) famílias com laços de parentescos e alianças. Duas famílias são oriundas da localidade, com chefes que não concluíram o ensino fundamental, apresentam baixo poder aquisitivo e poucos recursos materiais. Estas famílias herdaram de seus antepassados a cultura do trabalho com a terra, utilizando a agricultura como sua principal fonte de subsistência. A mandioca amarga para produção da farinha é a base do seu cultivo, feita semanalmente para os seguintes fins: 50% era destinado para o consumo e o restante para ser trocado por outro alimento ou vendido para adquirir os demais alimentos não agrícolas, considerados básicos para sobrevivência. A terceira família é resultado do casamento da filha de uma das famílias agricultoras locais, mencionada acima, com o filho de uma família originária de Belém, que apesar de não carecer da terra para seu sustento, possui um sítio na localidade, que estimula o exercício de lidar com a terra. A inserção e troca das experiências das famílias de origem rural com a urbana não implicam na negação da cultura de origem, tampouco a negação de valores, costumes, mas supõe um enriquecimento na convivência rurbana.

Em seguida, é apresentado o perfil de cada participante da Associação Rancho Fundo na primeira administração, que conta a partir de sua fundação até dezembro de 2006.

**Caracterização da família 01 (um): composta por 09(nove) pessoas com as seguintes características:**

<b>NOME</b>	<b>SEXO</b>	<b>IDADE</b>	<b>PROCEDÊNCIA</b>	<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>PROFISSÃO</b>	<b>FUNÇÃO NA ASSOCIAÇÃO</b>
Lúcio	M	67 anos	São Brás do Tauá - Taperinha	2ª série Ensino Fundamental Incompleto.	Aposentado pelo INSS/ Agricultor	Conselheiro
Osme- darina	F	54 anos	São Brás do Tauá - Taperinha	1ª série Ensino Fundamental Incompleto.	Zeladora da escola municipal /Agricultora	Conselheira
Jeremias	M	33 anos	Campo Limpo	Ensino Médio/ Curso Técnico	Trabalhador Rural Assalariado	Presidente

Paulo	M	30 anos	Campo Limpo	Ensino Médio	Trabalhador Rural Assalariado	Participante
Elizete	F	26 anos	Campo Limpo	Ensino Médio	Do Lar /Agricultora	Vice-Presidente
Josias	M	25 anos	Campo Limpo	Ensino Médio	Trabalhador Rural Assalariado	Participante
Ivonete	F	24 anos	Campo Limpo	Ensino Médio	Do Lar	Participante
Orlando	M	23 anos	Campo Limpo	Cursando o Ensino Médio	Estudante	Participante
Josane	F	36 anos	Campo Limpo	Cursando Ensino Médio	Estudante e do lar.	Participante

**Caracterização da família 02: composta por 03 (três) pessoas com as seguintes características:**

Osvaldino	M	56 anos	São Brás do Tauá - Taperinha	2ª série Ensino Fundamental Incompleto	Trabalhador Assalariado	Conselheiro
Raimunda	F	50 anos	São Brás do Tauá - Taperinha	1ª série Ensino Fundamental Incompleto	Agricultora	Conselheira
Jackson	M	24anos	Campo Limpo	Ensino Médio	Trabalhador Rural Assalariado	Participante

Caracterização da família 03 (três): composta por 03 (três) pessoas e tem as seguintes características:

Ariberto	M	63 anos	Santa Catarina	Superior /Assistente Social	Professor da UFPA	Conselheiro e Organizador da Associação
Osmarina	F	32 anos	Campo Limpo	Superior/Pedagoga	Professora /Fundamental	Secretária
Henrique	M	25 anos	Belém	Cursando o Ensino Superior	Estudante	Tesoureiro

A associação possui uma administração exercida pela diretoria executiva em conjunto com o conselho consultivo e o conselho fiscal. A diretoria é constituída por quatro participantes efetivos: Jeremias assume a presidência; Elizete a vice-presidência; Osmarina tem o papel de secretária e Henrique assume a tesouraria. O conselho consultivo é representado por três sócios efetivos: Lúcio, Osvaldino e Ariberto e o conselho fiscal é representado por duas sócias: Osmedarina e Raimunda. Todos esses órgãos foram escolhidos pelos associados, por meio de um processo eleitoral, cujo mandato tem validade de três anos conforme as resoluções do estatuto social.

Com relação às atribuições, compete à diretoria da primeira gestão da Associação Rancho Fundo planejar e traçar normas para as operações e serviços da associação, bem como controlar os resultados.

Jeremias assume como responsabilidade o cuidado com o patrimônio moral e material da associação, zelando pelo interesse comum e autonomia da associação. Para tanto, interage com entidades públicas e privadas, troca informações, busca capacitação técnica para o grupo, na perspectiva de melhorar o desempenho das atividades na associação.

Elizete encarrega-se também de informações sobre cursos, instituições bancárias, parcerias com prefeituras e outras instituições. Osmarina tem como função secretariar e lavrar as atas das reuniões, responsabilizando-se pelos livros, correspondências, documentos e arquivos. As atribuições de Henrique como tesoureiro estão em zelar pelas finanças, apresentando balanços anuais e balancetes mensais. O conselho consultivo é responsável pela escuta e orientação e o conselho fiscal pela fiscalização, ou seja, deve fiscalizar e avaliar regularmente a administração do patrimônio e as operações da associação subsidiando os associados e a diretoria.

A dinâmica da associação abrange as reuniões semanais em Campo Limpo, que acontecem no quintal de um dos associados, embaixo das árvores, sendo um lugar eleito pelo grupo como espaço simbólico da sede. As primeiras reuniões tiveram a presença de técnicos das universidades já citadas neste trabalho, cuja pauta tratava de assuntos como: a importância dos grupos na vida das pessoas; a responsabilidade de participar de um grupo; noção de cidadania; o trato agrícola de maneira sustentável, a partir das abordagens de conceitos do desenvolvimento sustentável, incluindo o tripé do ecologicamente correto, economicamente viável e do socialmente justo; discutiram ainda a participação do grupo na plantação de uma cultura que atualmente é objeto de pesquisa; a estrutura ou elementos constitutivos de uma associação, com distribuições das funções; as relações comerciais e os requisitos fundamentais para legalização de uma associação. No decorrer das reuniões eram expostas as dúvidas, as dificuldades e propostas de solução, bem como as tomadas de decisões. As dificuldades iniciais impulsionaram a Associação a tomar as primeiras decisões, pois, em virtude da ausência da pouca extensão territorial dos associados e de terras que tivessem em condição de plantio, ou seja, terras limpas, adubadas, prontas para o cultivo fizeram com que a Associação buscasse apoio de um proprietário de terra, que celebrou com a mesma, um contrato de comodato por 05 (cinco) anos, ou seja, o empréstimo de uma área de 06 (seis) hectares de terra para o plantio da pirioca nas entreleiras<sup>20</sup> do Curauá e do Nim. Para este acordo, o proprietário contabilizou os gastos anteriores com adubo, limpeza do terreno, e a compra da semente da pirioca para germinação. No contrato, do proprietário com a Associação, esta se responsabilizou a pagar as despesas acima com a venda da primeira colheita, bem como realizar as capinas que deveriam ser feitas conforme o crescimento do capim.

---

<sup>20</sup> Leiras – são regos que o arado abre na terra e no qual se lança a semente. Num terreno cultivado é uma pequena elevação de terra que separa duas linhas de sulcos, e que, nos declives, é paralela às curvas de nível, para evitar a erosão. (Dicionário de Larousse Cultural da Língua Portuguesa. 1999. p.564).



**Foto 06: 31/01/2004 Limpeza do primeiro plantio da priprioca**

Ainda por conta da dificuldade inicial, que diz respeito à falta de terras, a Associação aderiu à aprendizagem de técnicas que possibilitassem a recuperação e a preservação da capacidade produtiva do solo. Conheceu técnicas de plantio e produtos que não agridem o meio ambiente, como o adubo orgânico, em detrimento do agrotóxico e da técnica da coivara. Os associados adotaram também o sistema de cultivo consorciado de várias culturas de longo, médio e curto prazo, respectivamente: o Nim, o Curauá, e a Priprioca no mesmo solo formando um micro-ecossistema para manutenção do próprio ambiente.



**Foto 07: 13/07/2004 Nim, Curauá e Priprioca**

Com relação à organização do trabalho com a priprioca, a Associação decidiu então, realizar a distribuição de tarefas e horas trabalhadas na plantação dessa cultura, dando início à preparação das leiras para o plantio. Neste trabalho existia uma divisão por sexo, na qual, os homens preocupavam-se na plantação, capina e colheita.



**Foto 08: 13/07/2004. Primeira colheita da priprioca**

Por outro lado, as mulheres tinham que fazer o corte, a separação entre a raiz e o capim seco que envolvia o tubérculo e posteriormente a limpeza com a água.



**Foto 09: 13/07/2004. Corte e separação da priprioca**

O grupo decidiu também que os associados que não tivessem disponibilidade para contribuir com a sua força de trabalho, tinham que contratar um trabalhador e custear para realizar a sua atividade.

A Associação escolheu ainda trabalhar de modo escalonado, que significa espaçar ou repartir o plantio por determinado espaço de tempo, em torno de um mês, para que a colheita após 8 (oito) meses, que é seu período de safra, seja feita continuamente, isto é, todos os meses, havendo uma regularidade na produção.

A Associação aprendeu também a usar o adubo da cama-aviária na plantação da priprioca. A cama-aviária é um subproduto avícola, preparada a partir das fezes e resíduos da produção de frangos de corte. Este tipo de esterco orgânico é rico em nitrogênio, fósforo, potássio, cálcio, magnésio, por isso, muito utilizado para diminuir o teor de alumínio e melhorar a capacidade de fertilidade física e química do solo. A preparação deste adubo é delicada, uma vez que para garantir os teores elevados dos elementos no solo, depende da origem da cama de aviário. Ou seja, depende do tipo da ração ingerida pelas aves, o material utilizado para armazenamento, tempo de permanência das aves sobre o material, número de aves por área, temperatura, condições e período de estocagem.

A Associação realizou a divulgação verbal e com esta, conseguiu vender 250 quilos de priprioca da primeira safra para produtores autônomos da região. Além disso, fez contatos (por meio de correio eletrônico e por telefone) com empresas extratoras de óleos essenciais, com a perspectiva de negociar a produção. Contudo, a Associação só obteve um retorno em outubro de 2004, recebendo a visita de um empresário da Fitosul (empresa que trabalha com extração de óleos essenciais e extratos vegetais em Santa Catarina, sul do País), que se interessou tanto em vender à Associação tecnologias de extração de óleos essenciais, quanto em comprar mensalmente a produção da priprioca para fins farmacêuticos e fitoterápicos. Entretanto, a Associação não possuía recursos suficientes para adquirir uma máquina de extração de óleos, uma vez que seu sustento financeiro dependia do depósito de 10% da renda de cada associado, sendo que alguns destes só recebiam 01 (um) salário mínimo para sua subsistência.

Para produção de medicamentos fitoterápicos é necessária uma quantidade mínima de 40 toneladas anuais de priprioca. E foi essa quantidade que a empresa solicitou para a Associação. Mas, a capacidade de produção da mesma correspondia a 12 (doze) toneladas anuais. Isto forçou a Associação a negociar por meio da terceirização da produção com outros agricultores da região. Ou seja, repassou semente da priprioca para que 10 (dez) novos agricultores plantassem em condições semelhantes ao da Associação e vendessem à esta, para cumprimento do acordo com a empresa compradora do produto. Neste acordo, a Associação assumiu o papel de assessorar os novos plantadores de priprioca, acrescentando o conhecimento adquirido acerca deste plantio. Indicava o espaçamento de uma planta a outra, o período de realização da limpeza da plantação e o uso de adubos utilizado pela associação Rancho Fundo. A idéia era padronizar para controlar a qualidade da produção destinada à empresa interessada.



**Foto 10: 16/10/2004 Reunião dos Associados nas tomadas de decisões com os agricultores terceirizados.**

Em Janeiro de 2005, a associação recebeu também a visita do Prefeito do município de Santo Antônio do Tauá, Raimundo Freire Noronha do PMDB, do Secretario de Agricultura, Meio Ambiente e Cultura ambos deste município. Neste primeiro encontro, os associados expuseram a necessidade de energia elétrica, assistência técnica para a produção e transporte para escoar o seu produto. E os representantes governamentais falaram da importância de divulgação da experiência da associação pela região, na perspectiva de tornar-se referência para outros agricultores jovens do município. Prefeitura e associação chegaram num acordo, cabendo à associação fornecer mudas de cultivares da pripioca para as famílias agrícolas que a Prefeitura indicasse, em contrapartida, a Prefeitura encarregava-se de apoiar a associação na realização de cursos referentes a área agrícola, e também, de artesanatos na perspectiva de incentivar a exploração da matéria prima local.



**Foto 11: 08/01/2005. Reunião dos Associados com o prefeito de Santo Antônio do Tauá-PA**

### **3 – AMPLIANDO A ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS “RANCHO FUNDO” PARA A ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS E ARTESÃOS DA AMAZONIA E O TRABALHO COM A CERAMICA.**

No segundo semestre de 2005, a associação vivenciou o seu primeiro embate: o acordo entre a Associação e a empresa que solicitou a compra da priprioica foi cancelado, visto que a empresa ofertou um valor ao produto, bem abaixo do mercado e principalmente do esperado pela Associação. Foram valores que não cobriam nem mesmo os custos investidos na plantação. Segundo os participantes da Associação, a empresa alegou falência, o que impossibilitou a Associação recorrer juridicamente para ressarcir o prejuízo. E até o término desta pesquisa a priprioica encontrava-se no subsolo.

Simplemente a empresa apresentou um custo muito baixo, então esse custo baixo não dava pra pagar nós, nem tirar esse produto do campo, daí nós tentamos negociar e nesse intervalo de negociação entre eles e a gente, aí o que aconteceu eles empresário lá se dividiram e botaram como falência a empresa, daí houve um problema sério, um ficou com a máquina e outro com o capital, o que tinha máquina não podia tocar porque não tinha capital e o que tinha capital sumiu e depois soubemos que a empresa faliu.

(Jeremias, 33 anos, presidente da Associação)

A Associação considerou que este fato no momento contribuiu tanto para desestimular o grupo nas atividades dentro da Associação, quanto serviu de experiências e aprendizagem para busca de novas possibilidades e desafios.

Então isso, pra nós foi um desfalque muito grande pra gente, pra associação, foi um tapa sem mão, ficamos com a nossa produção presa, lutamos depois, mais não conseguimos, e os autônomos, nós pedimos pra eles que procurasse venda pra eles, e eles encontraram com a Natura e conseguiram vender sua produção. E a gente não, ficamos como nós távamos, até mais desanimado, desorientado até, porque se a gente trabalha é pra ganhar né, começar a sobreviver dali. E aí surgiu o desânimo, mais depois tivemos que tirar forças pra não desistir, pra continuar e hoje valeu porque támos aprendendo outras coisas novas dentro da associação.

(Jeremias, 33 anos, presidente da associação)

Assim, diante da necessidade de vender a priprioca, a Associação lançou-se tanto na busca de novos compradores quanto na técnica da retirada do óleo da priprioca. Foi então que se dirigiu à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, pioneira na realização de trabalhos de extração de óleos. Nesta empresa, a Associação conseguiu matricular-se para alguns cursos voltados para extração de óleos, dentre eles: a Copaíba, a Andiroba e o Alho de Planta. Alguns cursos já foram realizados, e outros, estão agendados. Enquanto isso, a Associação vem aguardando a oportunidade de fazer cursos de extração do óleo da priprioca, a qual aparece ainda como sua principal motivadora. Além do oferecimento dos cursos, a EMBRAPA orientou a Associação a procurar a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará – EMATER-PA. Neste órgão, a Associação se beneficiou dos cursos que tratam de Manejos Orgânicos, obtendo aprendizagem na melhoria da utilização dos recursos da região. Ou seja, criar o próprio adubo e melhorar a qualidade da alimentação. A EMATER-PA orientou também a Associação a procurar o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE-PA. A caminhada até este órgão alterou a priori o objetivo da Associação, que era a extração do óleo ou venda da priprioca. A associação conseguiu levar um técnico em design do Sebrae na localidade, e este, por meio de uma dinâmica com esse grupo precisava definir o tema de trabalho. Solicitou então, que o grupo todo fizesse uma exposição utilizando todos os recursos naturais visíveis que estivessem em seu alcance. Tanto Sebrae quanto associação descobriram nessa primeira etapa, que a argila de Campo Limpo tinha em abundância e se mostrava um material de boa qualidade, de fácil acesso de retirada do solo e de boa aceitação no mercado.

Vale ressaltar que o artesanato é uma das maiores carteiras de projeto apoiadas pelo Sebrae, visto que, atualmente conta com 80 projetos voltados para artesãos em comunidades e Arranjos Produtivos Locais (APL) em todo o País. Presente em 18 estados brasileiros, o programa é responsável pela geração de trabalho e renda para mais de 8 milhões de pessoas, segundo estimativas baseadas em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2006). A maioria desses projetos é direcionada para comunidades rurais e periferias dos grandes centros urbanos.

Segundo o IBGE, cerca de 30 mil produtores de artesanato são beneficiados por ações de capacitação e consultorias da Instituição. Além de incentivar a criação de associações e cooperativas de artesãos, a inserção do designer, estratégias de comercialização, participações em feiras e eventos e adoção de novas tecnologias compõem o planejamento e ações do Sebrae. No Estado do Pará, o Sebrae vem sempre atuando nessa área, em parceria com a Secretaria Executiva de Trabalho e Promoção Social (Seteps).

Diante da nova proposta oferecida pelo Sebrae, a Associação, resolve desenvolver uma atividade de natureza não-agrícola: a cerâmica.

Uma atividade que não esteve distante dos antecedentes dessas famílias, já que, os mesmos fabricavam seus próprios utensílios domésticos utilizando o barro. Mas, de fato, a organização social do trabalho das famílias associadas sempre esteve voltada para a atividade agrícola. Por isso, essa mudança exigiu novas aprendizagens de técnicas no trabalho com a cerâmica, assim como exigiu também modificações internas na Associação e demandou reformulações no seu Estatuto Social, que só aconteceu juridicamente em janeiro de 2007. A partir desta data, a Associação passou a funcionar com a seguinte denominação: Associação de Agricultores Rurais e Artesãos da Amazônia. Além disso, outra mudança fora realizada: dois conselheiros da família 03 (já caracterizada anteriormente) solicitaram seu desligamento da associação. Na saída desses dois participantes, a associação incorporou mais 07 (sete) associados. Atualmente, ela conta com 20 (vinte) associados registrados em cartório. O recurso financeiro para regularização da documentação dos registros dos associados em cartório foi conseguido por intermédio do deputado José Colares, do PSDB, em troca de favores políticos, a exemplo, da garantia de votos para os candidatos do referido partido e sua coligação.

A Associação está trabalhando com a argila cerca de um ano, encontra-se na vigésima quinta oficina de artesanato, e quando estas acontecem, a Prefeitura assume os gastos com alimentação. Atualmente, a associação atende pequenas demandas para eventos locais, realiza bingos para arrecadar recursos às despesas eventuais; é representada em eventos de

artesanatos, em Assembléias Públicas Municipais como entidade da sociedade civil organizada. No primeiro semestre de 2007 participou de 12 (doze) Plenárias em preparação à Assembléia Pública e conseguiu indicar e eleger uma associada para compor um dos 12 (doze) Conselhos Regionais do Planejamento Territorial Participativo (PTP), que terá a função de fiscalizar as ações governamentais e contribuir na definição das políticas públicas estaduais direcionadas para o meio rural.

Nestes termos, observamos que as mudanças realizadas pela Associação sinalizam as experiências vividas pelos associados e revelam que ambos estão adquirindo a consciência de ser associado e como resultado, conseguindo forças interiores para enfrentar o primeiro embate e buscar novos caminhos de ações e realizações.

### **III CAPÍTULO - REFLEXÕES ANALÍTICAS: APRENDIZADO DE PARTICIPAÇÃO COLETIVA DOS INTEGRANTES DA ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS “RANCHO FUNDO”.**

Neste capítulo analisamos os conteúdos das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa tomando como referência os tópicos orientadores da entrevista, e os aspectos que emergiram como desdobramentos no decorrer desta. Para tanto, nucleamos alguns eixos de análise ou aspectos de expressão do modo de sentir, pensar e agir dos sujeitos. Assim, identificamos 03 (três) eixos analíticos: os significados da terra, do trabalho e da vida, os motivos do associativismo e a criação de vínculos, os significados das experiências e práticas participativas coletivas na associação e sua importância para a construção da noção de cidadania e direitos.

#### **1- OS SIGNIFICADOS DA TERRA, DO TRABALHO E DA VIDA.**

Para os sujeitos desta pesquisa, a terra não é simplesmente a fonte dos meios de vida e trabalho. Tão pouco, seu principal instrumento de trabalho com o qual realiza o seu cultivo. A relação estabelecida por eles, compreende uma dimensão além daquela que é compreendida pelo atual modelo econômico, reducionista, que vê tanto a terra quanto a natureza de um modo geral, como objetos, cujos valores estão pautados exclusivamente no que podem produzir, visando unicamente o lucro. A relação estabelecida pelos associados com a terra se configurou em mais uma herança indígena que sempre mostrou por meio de suas tradições, exemplo de afinamento com as leis da natureza, percebendo-a como manifestação do sagrado. E a terra para os participantes da associação, aparece como uma extensão de sua vida, visto que inclui e ultrapassa o aspecto físico e engloba o meio de trabalho, o material de trabalho, a morada, a convivência com a vizinhança e com o meio natural e cultural.

O depoimento seguinte retrata esta visão:

a terra pra mim, é um dom de Deus, assim como nós, é uma obra de Deus que tomamos emprestado futuramente dos filhos. A gente prepara pra alguém colher, é uma coisa bem indígena. A terra de hoje eu peguei emprestada do meu filho do futuro. A terra sem cerca, sem dono, o que nós preparamos hoje é pra alguém vim após e colher e vai partir pra frente. Tenho que cuidar bem pra entregar pros nossos filhos, e espero que eles também saibam cuidar bem dela e entregar pros filhos deles também. (Jeremias, 33 anos, presidente da associação)

Esta fala traduz o valor da terra, mas também o futuro. Mostra uma relação complementar homem-natureza, indicando que a natureza têm uma importância sagrada, independente do valor que atribuímos a ela. Assim, aparece num estatuto de um ser superior, um ser em seu próprio direito de existir, que merece respeito, cuidado contínuo, conservação, denotando um sentido de preocupação e responsabilidade. Para Morin (1980, p. 91), “o conhecimento da natureza situa-se num contexto e enraizamento cultural, social, histórico. A cultura co-produz a natureza dando um rosto. A natureza existe antes de nós, fora de nós, mas não sem nós”. Essa relação complementar natural / social / cultural/ histórica aparece no depoimento do sujeito da pesquisa, principalmente porque ele se vê parte da natureza, algo que é intrínseco ao seu cotidiano, ressaltando que não são só os seres humanos que tem real importância.

A atitude de cuidar da terra representa um ato de envolvimento afetivo com o outro e o esforço de manter a unidade doméstica na atividade com a terra parece ser um compromisso que o chefe da família assume para com os filhos e gerações seguintes, como forma de continuar as práticas de sucessão e transmissão de sua cultura.

O relato abaixo explicita bem essa idéia:

Estar nessa associação é uma prevenção porque a minha família é grande, no dia que eu falecer eles têm onde se colocar e onde morar. A minha intenção não é guardar tanto dinheiro não, é me manter e manter a necessidade da minha família e quando eu sair daqui, desse mundo, quero deixar alguma coisa pra eles, não vou deixar ouro e nem prata, mas dentro das condições que eu puder, quero deixar eles colocados num lugar melhor, esse que é meu pensamento, e minha satisfação é essa poder chegar nesse objetivo. (Lúcio, 67 anos, Conselheiro).

Nós vamos iniciar um trabalho pra alguém dá continuidade. E entra o cuidado com a terra permanente. Nós queremos que cada pai de família, cada jovem, se sustente da terra. Eu gosto da terra. (Jeremias, 33 anos, presidente da associação)

A preocupação na continuidade do cuidado com a terra significa também preservar o sistema de relações afetivas e culturais, os laços de amizade com os vizinhos e sua

convivialidade, conservando o que está ao seu alcance e dando sentido na construção da vida cotidiana, esta entendida como a representação das mais diversas manifestações, onde elementos e indivíduos se entrelaçam construindo uma identidade comum de pertencimento ao todo vivido.

Assim sendo, a relação entre a terra e a vida é uma relação de univocidade e complementaridade, uma vez que não há terra sem vida, assim como não há vida sem terra.

O depoimento seguinte reforça e amplia o que está exposto acima referente à terra como espaço de vida, em suas diferentes dimensões.

nasci e me criei aqui na região, aqui se conhece todo mundo, já estou enraizado neste lugar, e os mesmos conselhos que dou prum filho meu, eu dou prum filho de um vizinho, e não dou conselho nenhum deles saírem daqui, em busca de trabalhar na cidade, mesmo porque já temos poucas terras, mais não quero que meus filhos saiam de perto de mim, que vá pra cidade, porque o meu sonho é ter melhores condições de vida pra sobreviver aqui no local e não deixar também os meus filhos procurar empregos em outros lugares porque está difícil, o Brasil inteiro está difícil. Então nós tendo aqui, de que sobreviver, nós não vamos sair daqui, ficaremos aqui na terra e daqui da terra nós viveremos. (Lúcio, 67 anos, Conselheiro).

Neste sentido, além de apontar para a identidade com a terra, para uma valorização da natureza, aborda também três questões fundamentais, vivenciadas não apenas pelos participantes da Associação, mas também pelos moradores em geral de Campo Limpo. Tais questões referem-se à falta de terras e emprego para os pequenos agricultores e a vontade de permanência no meio rural. Esses moradores, no seu cotidiano e nas suas formas de sobrevivência, sofrem continuamente o impacto do modelo agrícola de desenvolvimento, que privilegia as relações econômicas e exclui o homem do campo, explora a natureza até a sua exaustão, impõe os transgênicos e os agrotóxicos, degradando o meio ambiente e banindo as tradições culturais rurais. Querer permanecer no campo podem ser reivindicações pessoais e profundas que não se restringem apenas ao acesso à terra, assim como não depende só de uma vontade particular, mas sobretudo, da superação desse modelo que suprime, exclui, expulsa e rouba o que o ser humano tem de melhor, que é a liberdade de escolha para optar a não servir ao desejo de mando, poder e controle. Sem a posse da terra para o cultivo e convivência familiar, a dificuldade é maior para garantia das condições de reprodução das famílias locais. Constata-se não existir interesses governamentais para investir em projetos políticos específicos que se voltem para dentro das necessidades reais da localidade de Campo Limpo, isto é, projetos que contemplem suas condições técnicas de trabalho e estimule os moradores a permanecer no seu local de origem.

Neste aspecto o depoimento abaixo revela:

Uns tempos atrás eu trabalhava aqui com 50 homens trabalhadores de 40 e 50 anos..., Hoje em dia a empresa caiu, hoje em dia ela tem poucas pessoas, chega ter 11 pessoas, hoje as coisas estão difíceis pra cá. (Jeremias, 33 anos, presidente da associação)

O depoimento traz à tona reflexos de mudanças ocorridas no meio rural, principalmente a partir da década de 1970, período em que o Brasil deu início à modernização na agricultura, resultando numa territorialização do grande capital com o latifúndio sob a égide do Estado. Essa modernização que significou a passagem de uma agricultura “natural” para uma que utiliza insumos fabricados industrialmente, implicou nos processos de maquinação e quimificação da agricultura, a qual foi sustentada pelos subsídios estatais e se configurou da seguinte forma: o Estado brasileiro deu abertura às empresas estrangeiras agroindustriais para produzir e comercializar máquinas, equipamentos como tratores, indústrias de processamento de alimentos, e ficou responsável por aquilo que o capital internacional resistiu, que foram os fertilizantes químicos para o setor agrícola. Para Silva (1996, p. 04) o conceito de industrialização da agricultura “representa mudanças nas relações do homem com a natureza, nas relações sociais de produção e com seus instrumentos de trabalho (ferramentas, máquinas, equipamentos, insumos e matérias - primas etc).”

A idéia de modernização da agricultura por meio de subsídios fiscais governamentais era aumentar a produtividade, o salário e o emprego. Contudo, essas intervenções tanto tecnológicas quanto químicas na agricultura produziram efeitos também contrários ao fim proposto.

Pois segundo Morin (1980, p. 80)

os pesticidas massacraram não só os insetos nocivos a uma dada cultura, mas também insetos úteis, necessários às regulações biológicas e à polinização; adubos químicos empregados maciça e continuamente desequilibram o teor mineral dos solos. Uma mecanização rápida da agricultura num país de elevada percentagem de desemprego agrava mais problemas do que resolve.

Além do exposto, o incentivo financeiro e fiscal do Estado atribuído às empresas nacionais e internacionais serviu apenas para modernizar o latifúndio e transformá-lo em empresas do agronegócio, que por meio de crédito subsidiado, controlam a produção, o comércio e o preço”. O agronegócio atende as demandas do grande produtor rural, já que investe numa produção voltada para o mercado externo, portanto, uma produção baseada no monocultivo. Vale ressaltar que as conseqüências deste modelo para o meio ambiente é nociva. Pois segundo Morin (1980, p. 71) “toda a monocultura destrói as associações vegetais,

proveitosas para cada um e para todos, reduz a fauna, empobrece e esteriliza a terra.” Este modelo, além desta característica, inclui também, os imensos estabelecimentos territoriais, a assistência técnica e financeira e o reduzido emprego de mão-de-obra. A modernização não beneficiou os pequenos agricultores, responsáveis em produzir gêneros de primeira necessidade. O resultado desta política para o pequeno agricultor foi devastador, uma vez que acentuou as disparidades de renda, provocou a reconcentração das propriedades e aumentou os índices de desemprego no meio rural. Seguidamente, quando o pequeno produtor não é engolido pela grande propriedade, perdendo suas terras, sujeita-se à venda de sua força de trabalho na busca da sobrevivência.

Os depoimentos abaixo revelam ainda as conseqüências das transformações no campo e evidenciam a necessidade de pensar em estratégias de trabalho no meio rural.

O custo de vida está muito ruim pra cá, o desemprego é sempre uma coisa muito ruim pra gente, nós somos simples agricultor da roça. (Osvaldino, 56 anos Conselheiro)

Eu olho pro futuro, vivo hoje empregado sim, mas que amanhã posso está no olho da rua, emprego de carteira assinada não dá segurança. (Jeremias, 33 anos, presidente da associação)

Hoje o que acontece: as pessoas não querem mais trabalhar no campo, primeiro porque temos pouca terra, depois não temos emprego, o que o jovem vai fazer aqui? Porque o que eu percebi foi o seguinte: que hoje ele deixa o campo pra viver na cidade, e ali na cidade o que ele vai conseguir? a cidade está lotada, não tem emprego, sustento pra ele mesmo, daí o que acontece, hoje tem muitos jovens na cidade sendo marginais, praticando muitas coisas criminosas que prejudica a sociedade. Então Rancho Fundo pra mim, é uma associação que formou um grupo de jovens com adultos e idosos que vem incentivar os jovens a trabalhar no campo, adquirir o seu sustento pra si mesmo, é como uma forma de emprego. A associação como Rancho Fundo, ela, na minha idéia, vai trazer um ânimo melhor pros jovens, incentivar os jovens a trabalhar no campo de modo que ele pode requerer da própria terra para sustentar ele mesmo. (Jeremias, 33 anos, presidente da associação)

Aqui esses trabalhadores rurais tem pouca disponibilidade de terras pra trabalhar com a agricultura no sistema tradicional, a forma de trabalho é individual, e isso, dificulta ter uma renda mensal, e por não obter um retorno financeiro e sim só muito serviço, os jovens daqui não querem dá continuidade à atividade agrícola dos pais, e muitos vão para a cidade, tentar a vida em algo melhor. ( Conselheiro, 60 anos)

Diante do exposto, vale ressaltar que a ausência de infra-estrutura local, bem como a falta de uma educação formal que seja capaz de fortalecer os laços de pertencimentos rurais, contribui para motivar os jovens a migrarem para as cidades, tendo em vista, a realização de seu projeto de vida. E no desejo de melhorar o seu padrão de vida, esses jovens assumem

construir vivências mais individualizadas, embora mantendo o compromisso com a família pertencente à localidade, o que permitem manter vivos os laços que o prendem à cultura de origem. Contudo, isto não ameniza a quebra de valores no contexto familiar, o enfraquecimento dos laços de vizinhança e amizade.

Vale mencionar também, que nem sempre a cidade acolhe esse jovem migrante na sua busca, e muitas vezes este, submete-se a empregos poucos qualificados, com baixos salários e sem direitos trabalhistas.

## **2 – OS MOTIVOS DO ASSOCIATIVISMO E A CRIAÇÃO DE VÍNCULOS**

Diferentes podem ser os motivos que conduziram os pequenos agricultores a escolherem e buscarem uma forma de associativismo no meio rural.

A escolha por uma associação e não outra forma de associativismo é explicada pelo grupo por ser uma entidade civil que não depende de uma entrada de capital para iniciar. Geralmente, em sua formalização organizativa, a associação é menos exigente juridicamente em seus registros legais, tendo em sua formação jurídica uma escrituração contábil simplificada, por permitir um volume de negócio menos complexo e dá opção quando o grupo é menor que 20 (vinte) pessoas. Esta Associação, conforme mencionado no capítulo anterior, teve sua fundação com três associados registrados, segundo o depoimento do presidente da Associação:

A nossa Associação demorou um ano pra ser registrada em cartório, e quando a gente decidiu na reunião, abrir uma associação, toda legalizada, no papel, porque ela já funcionava com 15 pessoas, só tivemos dinheiro pra pagar três assinaturas que na época era R\$ 200,00 (duzentos reais) cada uma, hoje já é R\$ 220,00 aí o que nós decidimos, fazer dessas três pessoas, garantir a nossa Associação, isso era o mais importante e todo mundo apoiou. (Presidente, 33 anos)

Como anteriormente, não participavam de nenhuma forma de associativismo, os agricultores assumiram a associação como primeiro passo do grupo.

Embora sobressaia o significado da terra, visto no primeiro eixo de análise, ao tratarmos dos motivos do associativismo fica evidente a preocupação na geração de renda que proporcione uma boa educação e formação aos filhos, almejando conforto, habitação, segurança, permanência no meio rural, emprego e ao mesmo tempo, serem lembrados e relembrados pelos seus descendentes como herança familiar.

Em seguida, selecionamos alguns relatos que confirmam essa idéia dos pequenos produtores se associarem.

Queremos que essa associação traga renda, renda pras famílias, dos membros que estão associados e pra que tenham uma vida melhor, não aquela que antes tinham só de tá na mandioca, as vezes não vendiam, e hoje não, já tem uma visão ampla de ter um pouco mais de dinheiro, pra poder sustentar a família, dá uma boa educação pros filhos, é essa visão. E meu maior sonho é ter renda, ter dinheiro pra poder sustentar, dá bom estudo pra minha filha. (Osmarina, 32 anos secretária.)

Aqui no interior temos pouco conhecimento e a nossa esperança é que esse trabalho tenha um retorno pra gente se manter aqui neste local, porque hoje em dia agente vê a dificuldade de muitas pessoas, muitos jovens, que não tem onde ganhar um dinheirinho para se manter, assim como eu que sou solteiro. E aqui tem muita gente que necessita como os meus tios, os meus primos que são jovens também, mas, que já tem a família deles e nesse caso, é importante já ter alguma coisa. (Paulo, 30 anos, associado)

Olha eu tenho 07 filhos, 04 já são adultos e antes deu fazer a minha passagem espero deixar coisas melhores pros meus filhos, por exemplo, uma casa boa de alvenaria, a minha intenção é essa, e outras coisas que tiver no meu alcance pra mim deixar pros meus filhos como recordação. E quando receber algum dinheiro da associação, quero manter os meus filhos nos colégios, e fazer minha casa e que agente tenha melhor custo de vida. (Osvaldino, 56 anos, conselheiro)

Eu penso assim, quando eu morrer e meus filhos continuarem na associação porque a gente não sabe o dia que a gente vai partir, então eu não sei daqui pra frente, eu espero que Deus vá iluminar a minha vida, pra mim continuar, pensar mais, e que possa dar um futuro pra mim acabar de criar meus filhos e dá o melhor pros meus filhos, isso é a minha esperança. É esse um sonho meu. Minha esperança é ter um futuro pra deixar pros meus filhos quando eu ir daqui, e meus filhos olhar e dizer assim: esse foi o futuro que a minha mãe me deixou – que o meu pai, nunca me deixou – então isso pra mim é uma alegria. (Raimunda, 50 anos, conselheira)

Os depoimentos acima expõem as vidas de projetos, sonhos, esperanças, empreendimentos e ideais. Orientam para o desejo da elaboração de uma história que possibilite a projeção aos filhos, por meio das lembranças como processos vivos na composição de suas memórias, e ao mesmo tempo, entrecruzando perspectivas passadas e futuras na vida de cada um. Neste aspecto, Thomson (1997, p. 56) considera que “compomos nossas memórias para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida, à medida que o tempo passa, e para que exista maior consonância entre identidades passadas e presentes.

Dados os relatos aparecem também, com evidência, a idéia de morte como passagem, partida, sinalizando uma relação de vivências que não está centrada só na vida, mas, no equilíbrio dinâmico entre vida e morte. Isto significa que a morte é vista por estes sujeitos

como um processo natural da vida, algo que não está alheio às suas maneiras particulares de viver ou que não os causa estranheza.

Além dos aspectos acima, identificamos também, um outro ponto, que consideramos contributivo para reforçar a idéia de associativismo.

O meu trabalho mesmo é agricultura né. Eu trabalhava com farinha e esta, um dia, está de um preço, outro dia está de outro, e às vezes os comerciantes não querem comprar, e dessa produção nossa eu tô achando que tá melhor porque já tem pra quem vender e agora nós já temos o pariri, já tá certo pra quem nós vamos vender, a priprioica também já tá certo o preço, então eu tô achando que está melhor do que a da farinha, porque a gente trabalhava e não sabia para quem ia vender e quando vendia era quase de graça. Às vezes vendia um saco de farinha por 20,00 e às vezes não queriam dá, daí voltarmos pra casa com a farinha. E hoje em dia o trabalho com a farinha tá só pra comer mesmo, então tô achando que com a associação vai melhorar. (Raimunda, 50 anos, Conselheira)

A importância é que a gente tem o mercado da priprioica. Para nós foi o mercado. Hoje a maior parte de nós aqui trabalhamos com roça, quem não trabalha em empresa privada, é roça e horta. Então o mercado é esse, se você leva 50 maço de cheiro verde, você chega com uma intenção o seguinte, você vende por 0,05 centavos, 0,10 centavos ou você não vende, não tem preço. Eu vejo pessoas aqui passam com barco nas sextas feiras cheio de verduras que não dá nem para enxergar quem vai dentro, quem não vai, completo de verduras, todo tipo de verdura, quando volta sai jogando no rio porque chega lá o preço tá lá em baixo, até por cinco centavos entregam um macinho de cheiro verde. O trabalho que teve não pagou a despesa, não pagou o peão, não pagou ninguém, quer dizer, se aborrecem, não vende e vem jogando no rio. Então o papel da priprioica pra gente da associação é importante porque temos o mercado e o preço é fixo, é tal, não abaixa, é isso, e acabou. A importância é que tem um mercado fixo com o preço. (Jeremias, 33 anos, presidente da associação)

Aqui, dadas as informações, os associados ressaltam para o problema encontrado na venda da cultura cultivada de forma individual na agricultura. Menciona que, além de ser um trabalho que requer maior esforço do trabalhador no cultivo, enfrenta muitas oscilações no momento da venda do produto. E a grande dificuldade apontada parece não está direcionada para a escolha do que cultivar, mas para uma questão de maior dimensão, que se refere ao aniquilamento por parte daqueles que já estão estabelecidos no mercado. Os agricultores se vêem obrigados a entregar uma crescente quantidade de suas colheitas em troca do mínimo para subsidiar seu consumo, ficando cada vez menor o seu poder de compra, resultando no conseqüente empobrecimento. Em vista disto, a falta de mercado que absorva a produção sem desvalorizar o trabalho realizado, e sem expropriar o pequeno produtor contribuiu para o surgimento da idéia de organização do trabalho associativo.

Neste sentido, na perspectiva de atender às necessidades mencionadas acima, os pequenos produtores rurais, em suas relações construídas com base afetiva, vontade própria e

confiança avançaram da forma de trabalho individual para o trabalho coletivo, que está representado na concretização da associação. A idéia desta associação vem sendo visualizada não só na busca de satisfações de demandas imediatas e benefícios concretos, mas também, na construção e reforço dos estímulos afetivos, laços de solidariedade e de confiança. Giddens (1991, p. 41) define a confiança como: “a crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um dado conjunto de resultados ou eventos, em que essa crença expressa uma fé na probidade ou amor de um outro, ou na correlação de princípios abstratos (conhecimento técnico)”. A presença da confiança se revela como fator fundamental na coletivização. Assim, por meio dessa confiança, interação e contemplação das relações interpessoais, a associação vem se gestando e ampliando os vínculos de sociabilidade, parentesco, amizade, religiosidade, trocas de informações e conhecimento no trabalho tanto com a terra quanto com as atividades pluriativas no meio rural.

Assim, podemos observar o que as experiências narradas revelam:

A gente conversa, a gente debate, como somos todos irmãos, filhos, tios, primos, pais, a gente tem aquele laço já afetivo, é uma coisa importante aí, e como somos todos da família, reforça mais outro laço: o de socializar o nosso pensamento, o nosso trabalho, o nosso modo de vida. Todo mundo está ali, uns falam ah! não vai dar certo, e outros já dizem não, tem que dar, e nunca a gente desanima, a gente tem que tá com o pensamento positivo, então isso é importante. (Osmarina, 32 anos, secretária)

A nossa associação é familiar, então ela tem um vínculo que dar afeto às pessoas, principalmente porque a nossa associação não trabalha só com os membros, tem os técnicos das universidades, tem outros produtores além de nós que plantam a priprioça, e nesse caso, foi a associação que ofereceu mudas a eles, e agora eles vão devolver as mudas pra gente. (Osmarina, 32 anos, secretária)

A nossa associação é familiar, e mais do que isso tem que ter união, mesmo que não seja familiar, a união deve estar em primeiro lugar. (Osvaldino, 56 anos, conselheiro)

O vínculo é de estarmos nos comunicando, estamos conseguindo o nosso objetivo, conhecimento, não só eu, mas com outras pessoas. (Elizete, 26 anos Vice)

A gente tem confiança, principalmente no professor Ari, porque ele é um dos que está na frente, tá nos orientando, então a gente já tem aquela confiança nele. A gente conhece ele e todo mundo conhece ele, e se por ventura, o professor Ari, não tiver mais condições de continuar, aí nós da associação continua, dar continuação, a gente fala né, e principalmente o presidente e os outros da associação vão fazendo contato, mais aqui o presidente vai atrás. O seu Ari foi muito importante pra nós foi ele que falou o que é grupo, associação, essas coisas aí. (Osmarina, 32 anos, secretária)

A nossa família já tinha união, mais com esse grupo a gente fica mais ligado, um com o outro através do trabalho: capinando, roçando, fazendo um outro tipo de trabalho, tando ali, lançando as propostas e vê qual é a proposta que tá de melhor pro grupo. Então, isso é muito importante pra gente. A gente tá trabalhando, mas, tá aprendendo também, tendo comunicação com o outro, e aprendendo, tem coisa melhor que isso daí? Eu acho muito importante a união chegando no grupo, a força de vontade pra gente caminhar. (Osvaldino, 56 anos, conselheiro)

As experiências acima, conforme relatadas pelos associados desvelam ainda a motivação, a confiança, a interação, os sentimentos de partilha como indicativos relevantes para gerar maior aproximação, envolvimento, união e aprendizagem entre os sujeitos associados. Em vista disto, a associação aprofunda os vínculos de pertença ao meio rural, à terra, em sua maneira de trabalhar, ser, pensar e agir, criando vínculos afetivos, de interesses, e sociabilidade. E em decorrência desses elos os associados prosseguem no seu projeto de associativismo, expressando as seguintes informações:

Eu achei que o trabalho está uma alegria porque estamos trabalhando todos com união, o grupo certo, a gente vai quando é dia de sábado, a gente vai pra reunião, na semana vamos pra lá trabalhar, então eu estou achando que está bastante legal essa associação pra gente trabalhar. Espero que nós daqui pra frente vamos continuar participando todos juntos conversando um com o outro, com união e respeito e nada de desunião, e é isso que eu espero. (Raimunda, 50 anos, Conselheira)

Na associação é onde todo mundo se anima, tem o lado de lazer também, é um lazer das pessoas, algo rural, bem natural. (Jeremias, 33 anos, presidente da associação)

A gente olhava para os nossos parentes, mas não tinha aquele contato da gente conversar como estamos tendo agora. Agora não, a gente tá conversando se encontrando, falando da associação, o que tá acontecendo com as nossas vidas e do que deixa de acontecer né. Dentro da associação nós temos mais momentos do ponto de vista do que tá acontecendo no todo, melhorou muito e também vai melhorar pra nossa sobrevivência né, porque antes quando a gente não tinha de onde tirar, era na roça que a gente ficava, a gente vivia da roça e agora nós temos apoio da nossa associação. (Elizete, 26 anos, vice-presidente)

A partir da associação, o contexto do núcleo familiar passou a ser mais compartilhado e as relações interfamiliares mais abertas ao diálogo e à reciprocidade. As práticas cotidianas são permeadas por uma relação de sinergia com o outro. Isto significa, segundo Boff (2004, p. 126) ter “a capacidade de compartilhar a paixão do outro e com o outro. Trata-se de sair de seu próprio círculo e entrar na galáxia do outro enquanto outro para sofrer com ele, alegrar-se com ele, caminhar junto com ele e construir a vida em sinergia com ele.”

### **3 – OS SIGNIFICADOS DAS EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS PARTICIPATIVAS COLETIVAS NA ASSOCIAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE CIDADANIA E DIREITOS.**

Neste tópico, pretendemos analisar os significados das experiências e práticas participativas dos sujeitos associados e sua importância para a construção da noção de cidadania e direitos.

Assim, os sujeitos relatam como iniciaram a sua atuação na associação:

Levamos um ano pra nós registrar a associação, eu conversei com Ariberto, eu procurei, me interessei, fui atrás de técnicos, agrônomos, fui buscando todos os pedacinhos, convoquei vários jovens, conversei com eles, fiz várias reuniões, hoje estou com 110 reuniões, que já participei. Não foi tão fácil não, pensar, comentar as idéias que eu tinha colocado, de como trabalhar as formas com o pessoal, porque é difícil, porque é difícil trabalhar com o ser humano. Tinha muita gente, no princípio da reunião, mas só eu falei; na segunda reunião, dois já participam e hoje o grupo todo participa, aí é uma discussão gostosa porque se fala está encerrada a reunião, mas todo mundo se senta, esquece do almoço, esquece de jantar porque o papo é gostoso, de sonhar, lutar por aquele objetivo que mais tarde vai ajudar eles mesmo e o grupo. A participação não veio desde o início, todos começaram escutando, depois falavam fora, mas dentro da reunião não. Já na segunda reunião eles começaram a participar mais. (Jeremias,33 anos, presidente da associação)

Antes todos eram mais tímidos, hoje não, principalmente porque se achava que iria falar errado, hoje não, se temos dúvidas, perguntamos por que isso? por que aquilo? então, principalmente a minha mãe, ela pergunta muito pra uma pessoa que não tem estudo, ela pergunta muito quando ela não entende, o que tá acontecendo, será que vai dá certo? as vezes até os meus irmãos falam que ela tá perguntando muito, aí ela responde, é porque eu não entendi, e eu tenho que saber,daí questiona mesmo, e eu também sou uma dessas, pergunto mesmo pra não ficar nas duvidas. (Osmarina,32 anos, secretária)

No início da associação é claro que agente era mais tímido né, mas depois agente vai se desenvolvendo. (Osvaldino, 56 anos, conselheiro)

Era todo mundo tímido, quem falava levantava o dedo pra não falar, o grupo era mais tímido, agora não, todo mundo levanta dedo, mão, e às vezes sem levantar nada disso, fala mesmo, vai falando, a gente fala quando tem uma dificuldade e daí chega cada um com a sua opinião. Eu me sinto muito alegre estarmos lá todos reunidos, trabalhando, o seu Ari vem fazer reunião com a gente, às vezes traz outros pra fazer, e com isso, agente vai aprendendo e ficando animado. Agente fica animado porque seu Ari vem trazendo as novidades pra gente né, e aí vamos ficando animado, vamos trabalhar, vamos botar pra frente. Seu Ari faz pergunta pra gente. Quando vem um plantio pra nós, por exemplo, seu Ari pergunta se vai dar certo pra plantar, a gente diz que vai. Daí ele diz que vai fazer a revisão de preço, aí quando ele vem a gente fica alegre porque já vai trazer uma informação a mais, e a gente pensa em ter um dinheiro a mais, pra se manter, aí se anima, estou muito contente.( Raimunda, 50 anos,Conselheira)

Os relatos acima demonstram que no início das reuniões, no espaço de discussão coletiva, os associados se mostravam inibidos, mesmo estando diante de seus familiares, para opinar em assuntos referente à associação. Segundo a fala de uma participante, os associados alegavam o medo de falar errado, fato que foi se alterando à medida que foram se identificando tanto entre si, quanto com a proposta do grupo como um todo, incorporando o sentido de pertencimento ao grupo. A convivência nesse novo espaço assumido, e o contato com o outro, vem estimulando e resultando naquilo que Sawaia (2001, p.125-126) chama de potência de ação trazida para a idéia de participação, que significa ter “a capacidade de ser afetado pelo outro, num processo de possibilidades infinitas de criação e entrelaçamento nos bons e maus encontros.” Trata da passagem da passividade à atividade, caminhando para o processo de reflexão e ação. A potência de ação “pressupõe o desbloqueio de forças anteriormente reprimidas e inutilizadas das paixões e desejos, incrementando a interioridade, visando o crescimento da alegria.” Sendo que é por meio do afeto que “aumenta ou diminui essa capacidade, obrigando o pensamento e a ação a irem numa determinada direção.” Sawaia (2001, p.128)

Isto posto, percebemos que as falas orientam para um grupo que almeja caminhar em direção a uma consolidação e êxito no processo grupal, visto também, no relato seguinte:

Na hora da fala, por exemplo, começa com o presidente, de lá vai dando as oportunidades para os outros membros, cada um coloca o que ele tem de pensamento, a experiência que tem, porque as vezes tem pessoas jovens, que pouco colocam a experiência, aí não faz assim, quer dizer, cada um dá a sua opinião pra não ficar somente a do presidente ou a secretária falando. (Osmarina, 32 anos, secretária)

Nesta fala, a secretária indica ainda que os associados vão tecendo passo a passo as suas idéias, expondo suas experiências e conduzindo seu raciocínio para a construção de um pensamento coletivo, e à medida que vão participando das atividades grupais internamente, vão expandindo as suas relações externamente. Vale lembrar que na ausência de um envolvimento e participação dos demais associados nas discussões, pode ocorrer uma abertura para a construção das relações hierarquizadas e autoritárias no grupo, sendo visualizadas nos processos decisórios. Geralmente essas relações ocorrem quando as pessoas mais dinâmicas, espontâneas resolvem assumir posturas de serem os porta-vozes de alguém mais tímido, resultando num estabelecimento de relações de dominação e subordinação.

No relato abaixo, a secretária fala de uma associação que não obteve o êxito proposto, e faz uma comparação entre esta, e a associação que ela faz parte, e pontua os aspectos que

não deu certo na associação vizinha, ressaltando para que não seja reproduzido na sua associação.

É, primeiro caso foi pra melhoria de vida e outro caso porque não deu certo lá foi motivo da união, a falta da união, porque la não teve, porque quando um falava uma coisa o outro não aceitava, então entra aquele de acabar com o pensamento das pessoas, terminar com a associação, lá foi assim, um fala uma coisa o outro falava não é isso, é aquilo, então não chegou a uma conclusão aí terminou a associação, e a nossa não, sendo negativo ou positivo a gente tá junto, é uma associação que não tem dívida como a deles, também entraram em dívidas no projeto, aí ficaram com dívida aí não pode a associação mais se expandir. (Osmarina, 32 anos secretária.)

Para a secretária, a associação serve como:

Forma de socializar o pensamento, ter a socialização das pessoas, quer dizer, quando nós estamos lá reunidos, um fala, outro fala, então todo mundo concorda, ou discorda, mas saber ouvir as pessoas, sem dizer ah tá errado, então saber ouvir, ter aquele laço afetivo, assim estou descobrindo isso né, com o laço afetivo. (Osmarina, 32 anos, secretária)

A compreensão em viver com as pessoas, saber lidar, é isso que vem trazendo como benefício, nós podermos trabalhar em conjunto, com as pessoas, com opiniões diferentes, mas que a gente pode socializar, compreender, é isso. (Osmarina, 32anos, secretária)

A partir das diversidades de interesses dos participantes, a associada traz elementos essenciais para o bom funcionamento de um grupo, que inclui tanto a interação, a sociabilidade, o respeito ao outro, a escuta, o consentimento, como também, o contraste das idéias e o conflito de interesses, já que coletivo não significa homogeneidade de opiniões, “nem pacto ou contrato, mas é produto do consentimento.” Portanto, partindo da idéia de consenso que deve ser superada, Sawaia (1996, p.48-49) afirma:

Todos os membros de relação devem ter legitimidade para se fazer ouvir e a capacidade argumentativa para participar da construção do consenso democrático, para que uns não se alienem no outro, considerado o dono do saber, lembrando que capacidade argumentativa não é mera aquisição de vocabulário e treino de retórica discursiva para convencer o outro. Ela é a capacidade de defender suas próprias necessidades respeitando as do outro, isto é, habilidade de através da linguagem, lidar com a realidade do desejo próprio e do outro, construindo um nós.

Freire (1996, p.119) fala do processo de uma “verdadeira escuta” que vai além do sentido auditivo. Para este autor, escutar requer “a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro”.

Contudo, este escutar segundo Freire não está isento do ato de discordar, de opor-se, ou de posicionar diante do que escutou, pelo contrário amplia o campo de seu posicionamento.

Os associados falam de participação em vários sentidos, entre eles, selecionamos os que indicam implicação, espontaneidade, ato não obrigatório e planejamento.

Participar coletivamente é aquele que tá participando de todo trabalho, na reunião, no trabalho, em alguma opinião, então essa é uma participação coletiva, ter contato com a pessoa, porque muitas vezes acontecem de ter um dos membros e não participar, então ele não tem uma participação, então tem que ter uma participação a tudo, ativa, desde o início, sem ser obrigado, porque se não quiser mais participar é entregar o lugar. E o exemplo que eu tenho é sobre o plantio da priprioca que todo mundo participa quando nós, por exemplo, moramos em Belém, mas nós pagamos alguém pra ficar, ninguém pode ou vai dizer: ah! um não foi, outro deixou de ir. Todos participam no plantio da priprioca, na limpeza, todos participam, esse é um exemplo, todos estão presente, do trabalho à reunião, o que nós vamos fazer hoje ou sábado, o que nós vamos plantar, aí todo mundo vai. Trabalho, nas leiras da tiração da priprioca tem que tá todo mundo coletivo, todo mundo participando. (Osmarina, 32 anos, secretária)

Segundo Osmarina, participar não é só ter regulamentação jurídica formal, mas é ter implicação em todo o processo grupal, trabalhando, votando ou revogando decisões coletivas quanto aos interesses, direitos e deveres da associação. Segundo este relato, o sujeito deve assumir compromisso e ter seu reconhecimento por meio de sua participação no grupo. Mas uma participação distante de ser obrigação e próxima à busca de algo melhor. Um outro ponto mencionado referiu-se a ausência do associado quando este não consegue estar no ato do trabalho prático. Os associados decidiram que na ausência de um deles, no trabalho braçal, deveriam contratar um trabalhador, que não faz parte da associação, para realizar o trabalho no lugar daquele associado que não pôde comparecer. Essa decisão tomada pelo grupo foi uma forma de evitar a desigualdade e não afrouxar os laços entre eles.

A participação aparece também nas falas dos sujeitos como mediação para conhecimento dos processos burocráticos.

Participar pra mim é conhecer, já aprendi bastante coisas, hoje já sei buscar informação num banco, como fazer um financiamento, ver se dar lucro, se não dá. Levar e trazer, fazer o papel de intermediário. Hoje tá tendo um projeto muito grande, o governo federal está investindo muito na agricultura, está investindo muito em cima do agricultor, ai nesse caso, tem que ir lá na caixa econômica federal, verificar como está a coisa, qual o financiamento, qual é o melhor, qual não é, é trazer e levar se dá ou se não dá e passar pra associação, esse é o papel, é informar sobre tudo que tem, e trazer o que é melhor para dentro da associação. (Jeremias, 33 anos, presidente da associação)

Neste caso, por meio da procura por informações, este associado vem descobrindo os processos burocráticos, embora ainda desconhecendo de como funcionam as relações de poder, e para quem realmente os projetos do governo federal estão direcionados, e a quem vem beneficiando pelas limitadas verbas públicas, como é o caso do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) que, em seu critério de seleção, elegeu àqueles agricultores considerados “viáveis” à agricultura tecnificada, direcionada ao mercado externo, excluindo o pequeno agricultor, que raramente possui sequer as documentações exigidas como critérios deste programa.

A Participação emerge também nas falas dos sujeitos, como um processo de aprendizagem, visto em cada depoimento abaixo:

Cada serviço que a gente faz, que a gente participa é uma aula que a gente aprende, apesar de eu tá nessa idade, mas eu me sinto muito feliz, de tá nesse trabalho e espero que daqui pra frente, trabalhar não só com esses projetos que tá planejado chegar nas nossas mãos e nós pegar de coração e trabalhar pra continuar. Eu to me sentindo bem, tá como conselheiro ajudando os jovens, orientando naquilo que é novo pra eles e que ainda não sabem bem, mostrando o que tem que fazer pra ter a melhor profissão. Eu estou feliz de tá nessa associação porque além de eu dar aquela técnica pros jovens eu to aprendendo mais, inclusive, porque estou aprendendo novo jeito de trabalhar com a terra, diferente daquele que vinha fazendo na roça. Espero que esse grupo desenvolva muito mais daqui pra frente e que a gente aprenda muito mais. (Osvaldino, 56 anos, conselheiro)

Refere ainda que a participação é vivenciada tanto como aprendizagem, quanto satisfação pessoal, de poder ensinar o que sabe, e aprender no processo do ensinar. Esses associados, além de terem conhecimentos anteriores da agricultura, aprenderam também, dentro da associação, técnicas novas de cultivo, de manejo florestal, de como trabalhar a terra de maneira sustentável e por meio de suas experiências trocar com os mais jovens.

Na seqüência outro associado fala sobre o processo de participação como aprendizado.

Participar pra mim é um aprendizado, começa a desenvolver, começa a se valorizar, e começa a achar que essas idéias valem a pena, é participar, que muitas vezes não se participa de qualquer coisa porque acha que a sua opinião vai dar errada, eu sempre explico para os meus irmãos que estudam, às vezes o professor fala pra um monte, e os alunos dizem: eu não vou dar a minha opinião, mas será que não vai valer para o professor aquela opinião? quer dizer, é você acreditar em si mesmo, quando a pessoa começa a participar, é porque ele começa a acreditar em si mesmo, ele começa a se valorizar, é isso que é participação, é aprendizado, começa aprender, desenvolver para discutir esses assuntos, porque o indivíduo não pode viver preso, sem participar de nada, hoje as pessoas não podem viver isoladas, sem a sociedade. Participar pra mim, é aprender, a gente aprende, a gente aprende uns com os outros, na troca de experiência. E aprende a trabalhar de forma diferente. Eu acho que é participar de tudo, com a opinião de todos, eu me sinto alegre, ficar em coletivo e

participar com a idéia deles, concordo com minha idéia e com eles, quer dizer, nesse caso, se torna aquilo que eu falei: associação, quer dizer, tem que ser coletivo, todos num só objetivo, me sinto melhor, me sinto seguro na frente do grupo que decide, é aquele caso que eu falei, nós estávamos querendo trabalhar com um tipo de planta que é venenosa, você não pode comer uma pontinha que o coração pára, então o grupo não aceitou, então nesse caso, uns queriam, outros não queriam, então nesse caso, ficou diferente, coletivo é aquilo que você colhe, todos decidem uma coisa só, vendo o que é melhor para o grupo, o grupo decide, é o que eu falo para o pessoal, não sou eu o presidente pra resolver, nós temos uma associação, aí todo mundo resolve o problema, porque nós trabalhamos no coletivo, se um não falar sim temos que vê por que. Acho que o melhor caminho pra envolver todo mundo é nas reuniões, o melhor caminho é a reunião, na hora do trabalho também. Percebo a qualidade na participação das idéias. Cada qual tem uma idéia brilhante, cada qual tem uma forma de trabalhar, uma idéia muito importante foi na pripioca. Primeira vez, que tivemos uma idéia foi levantar leira, e de repente surgiu outra idéia: por que não só arada a terra e plantamos na linha? Uma idéia brilhante. O avanço na participação mudou bastante até hoje, porque é o seguinte: no primeiro momento, era eu quem dava opinião, ninguém dava. Eu falava olha pessoal, vamos botar essa linha assim, todo mundo ia, agora não, quando eu digo assim, o pessoal diz: não, vamos pensar é assim, todos falam e se chega num ponto, é assim a coisa. No principio era só eu quem ficava falando, agora não. Eu não vivo a minha opinião, vivo a opinião do grupo, estou para expor objetivos, e nós decidimos. A associação é assim: um ajuda o outro, tanto dentro da associação como fora, há o vínculo de vizinho, de parentesco. As pessoas fora da associação vêm me pegando, ontem um rapaz daqui me chamou e veio me pedir opinião. Ele queria entregar o trabalho e daí veio me perguntar a minha opinião, daí eu perguntei a ele: quanto tempo trabalhava na empresa? ele respondeu: 01ano e 2 meses, aí eu disse: então rapaz, faz o seguinte, fica mais uns três meses que tu ganha uns seis meses de seguro desemprego, aí ele ficou, ele veio pedir opinião pra mim, que trabalho na associação, quer dizer, é esse laço, as pessoas me respeitam dessa forma, além de ser presidente, eu sou conselheiro maior de dentro da associação. Tanto fora, tendo parentesco como não tendo, geralmente, as pessoas me procuram desta forma.” (Jeremias, 33 anos, presidente da associação)

Tanto Osvaldino quanto Jeremias, falam de participação como um processo de aprendizagem, de trocas de conhecimento e habilidade, e que mediante a capacidade que as pessoas têm de se inter-relacionar, aos poucos vão aprendendo e acompanhando com consciência os processos sociais, e ao mesmo tempo, se autodeterminando, no sentido, de evitar receber do outro as normas, as regras e as leis sem questionamentos. Para Jeremias, participar “é acreditar em si, é se valorizar. E coletivo é aquele que colhe”, que vem do colher, da colheita. Neste raciocínio, o associado faz uma analogia interessante a partir da colheita, que numa haste de uma árvore é colhida folha, frutos e flores e direcionada para um determinado objetivo. Neste sentido, segundo Jeremias, dentro de uma associação, é feita a colheita das idéias, das diferenças orientadas para os processos decisórios. Além do mais, este associado aponta para a idéia de um sujeito que deve ser ativo, que na perspectiva filosófica significa, segundo Chauí (1998, p. 338):

Ser ativo é o sujeito que discute consigo mesmo e com os outros o sentido dos valores e dos fins estabelecidos, indaga se devem e como devem ser respeitados ou transgredidos por outros valores e fins superiores aos existentes, avalia sua capacidade para dar a si mesmo as regras de conduta, consulta sua razão e sua vontade antes de agir, tem consideração pelos outros sem subordinar-se nem submeter-se cegamente a eles, responde pelo que faz, julga suas próprias intenções e recusa a violência contra si e contra os outros. Numa palavra, é autônomo.

Portanto, é para este propósito que Jeremias direciona sua fala, para o alcance dessa autonomia, na perspectiva de fazer-se sujeito ativo na vivência grupal, para que o sujeito deixe de ser guiado pelas opiniões alheias, pela vontade de um outro. Decidir com outros o destino de suas vidas, lhes passa mais segurança, confiança porque revela que ele não está sozinho na garantia da satisfação de suas necessidades. Além disso, Jeremias refere-se também, a uma questão da condição humana, onde Sawaia (2001, p.126-127) tece um comentário sobre o assunto: “os homens realizam-se com os outros e não sozinhos, portanto, os benefícios de uma coletividade organizada são relevantes para todos, e a vontade comum a todos é mais poderosa do que o ‘conatus’ individual. Por outro lado, a referida autora complementa o exposto acima: “(...) toda ação coletiva é vivida como necessidade do eu, nada pode ser social sem ser ao mesmo tempo individual. Portanto, são nos sujeitos individuais que os carecimentos tem moradia.” Sawaia (1994, p.151). Jeremias informa também que o grupo tem que ter uma ética e deve atentar-se para não produzir aquilo que é nocivo à sociedade. Isto significa que os associados devem ser responsáveis por aquilo que fazem, avaliar os efeitos e as conseqüências sobre si e sobre os outros.

Observando a fala abaixo, a participação vem sendo um processo de criação, de comunicação e do despertar da consciência.

A gente começou de forma tão humilde, todos sem conhecimento, bem limitado, não entendiam muito as coisas, a gente teve que aprender sobre grupo, sobre responsabilidade, associação, embora já tendo aquela responsabilidade, mas não numa associação. E sem falar que dentro de uma associação a gente fica sabendo do que acontece lá fora também, porque um traz uma informação, outro complementa também, e aí a gente tem a idéia do todo. Por causa de nossa participação, o nosso trabalho é olhado pela prefeitura, outras comunidades, localidades e Estado como São Paulo, Rio de Janeiro, que de vez em quando estão ligando, entrando em contato de vez em quando. A nossa associação ela tá sendo expandida, sendo olhada por todo mundo. As pessoas já falam, já tem aquela comunicação, então na minha opinião, tá nessa associação, me trouxe mais consciência na minha vida. (Elizete, 26 anos, Vice)

A associada se refere aos contatos que são mantidos externamente com outras instituições a exemplo, dos contatos com as universidades, com as empresas fora do município, bem como, às parcerias realizadas com a Prefeitura, e órgãos que prestam serviços

ao desenvolvimento rural como Embrapa e Emater. Estas ações e atuações num conjunto proporcionam um reconhecimento e uma certa visibilidade política à associação como sujeito coletivo.

Desde a sua fundação, a associação vem participando de cursos, de atividades internas e externas à localidade, lançando-se na busca pelo novo e pelo desconhecido. E por meio de sua capacidade de organização, diálogo com o outro, numa perspectiva plural, a associação e seus associados vêm conquistando e exercendo aos poucos o direito de ter direito, ou seja, o direito a exercer a sua cidadania. E assim como a participação é entendida como uma conquista, a cidadania também não é dada, ela é construída e conquistada a partir da organização, da participação e da intervenção na vida diária, social e pública. Pois construir cidadania significa construir novas relações de convívio, de defesa de sua identidade e permanência no meio rural. Ter o “direito de viver a própria vida e ser único e diferente dos demais”. Isto também pressupõe cidadania. Sawaia, 1994 p.148)

Por fim, convém destacar que está nascendo com a associação um embrião de um sujeito coletivo e político que vem vivenciando a participação como um valor. A idéia de direitos e deveres vem sendo construída pelos associados e sua consciência está se abrindo para a compreensão que a vida é mais que sobrevivência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como proposta estudar uma experiência rural associativa de cultivo da priprioca, e o processo de participação coletiva vivenciado pelos integrantes da Associação de Pequenos Produtores Rurais Rancho Fundo, na localidade de Campo Limpo, no município de Santo Antônio do Tauá, no Estado do Pará, no período de 2003 - 2007.

Por meio deste estudo, julgamos importantes alguns aspectos relativos aos dados que encontramos e que merecem destaques.

As dificuldades e situações problemas que impuseram escolhas aos associados em geral, radicais, entre sair de seu lugar de origem, e ficar nele, foram decisivas para fazer um grupo de pequenos produtores rurais refletir acerca da possibilidade de não sair de um território que tem toda uma história, construída por relações afetivas e culturais entre indivíduos e terra, e apostar no direito de ficar e intervir sobre este espaço de vida, criando mecanismos de participação para adquirir uma qualidade de vida melhor para si, sua família estendendo – se à comunidade local. Este é o objetivo que move a idéia de participação neste trabalho, uma vez que só terá sentido, se de fato, o esforço influenciar diretamente na qualidade de vida dos associados.

A decisão de organizar uma associação para representar direitos específicos torna-se a primeira decisão política do grupo.

O ato de querer permanecer no local, de construir uma casa de alvenaria, de cuidar de suas plantações, de dar continuidade na construção de sua vida na localidade e ter capacidade de enfrentar uma situação problema por meio da organização de uma associação já se configurou num ato político, social, econômico, cultural. Pensar na criação de uma associação foi construir um espaço para o debate que vai além da intimidade com a família, para exercer uma relação imbricada de convívio e confronto, de conflitos, vivenciar a política, o debate, as trocas de idéias e ideais. Para tanto, a associação representa uma oportunidade, uma resposta para as limitações sentidas no cotidiano dos sujeitos envolvidos. E mesmo com as dificuldades, a identidade construída pelo grupo foi bem maior.

O sentido de participar não é igual para todos os sujeitos desta pesquisa, já que cada um tem a sua caminhada, a sua trajetória de vida e a sua forma de se relacionar e aprender. E esta aprendizagem passa pela troca das experiências entre os sujeitos. E embora a participação seja uma necessidade humana, ninguém nasce sabendo como menciona Bordenave (1994), se aprende a participar no decorrer das vivências, vai se aprendendo e se aperfeiçoando o ato

dessa participação. Assim, podemos entender a participação como uma busca e um exercício de aprendizagem contínuo. E nesta busca envolve a dimensão do ‘saber’ que segundo Rodrigues (1995, p. 153) tem uma amplitude maior que a do conhecimento intelectual, formal, uma vez que:

amplia-se na perspectiva da inquietude, da aventura, do risco, da criatividade. Estas características trazem dinamismo, ‘vida’, fortalecimento de um espírito de busca que vai à experiência, à pesquisa, à prática com a disposição de realizar uma descoberta, empreender um aprendizado, e, inclusive elaborar conhecimentos.

Conforme este entendimento, os pequenos agricultores rurais lançaram-se no empreendimento da associação, que atualmente possibilita a descoberta e a vivência de novas experiências, e a conquista de novos espaços de relações.

A partir da força e união de todos, os associados assumiram o propósito de investir em si, e construir algo juntos para enfrentamento de situações locais coletivas. E nesta perspectiva o sentido do trabalho ganha relevância nesta pesquisa, assim como as novas formas de socialização devido a participação nos eventos de capacitação, nas parcerias realizadas na interação com a Prefeitura, na busca de compradores para comercialização de seus produtos.

Este processo de participação está ensejando aos associados a construção de uma identidade coletiva e política. No entanto, ainda não conseguem distinguir entre política como conquista coletiva de direitos e deveres, da política partidária local, que age para obtenção e manutenção do poder de Estado, reproduzindo relações tradicionais de mando, presentes nas práticas ainda atuais de coronelismo, paternalismo e votos de cabrestos na localidade.

É importante ainda frisar que a base dessa associação foi construída na relação de terra, trabalho, família, vida, e na interação com a trajetória comunitária comum a todos, que, neste estudo de caso, une a condição de precariedade vivida com a produção de novos sentidos, advindos principalmente, dos significados na participação da associação.

O trabalho coletivo na associação vem servindo como forma de lidar com a escassez da terra e dos recursos, e o significado da terra aparece numa relação de respeito, que realça valores como a simplicidade e que podem se manter no tempo porque se trata de uma relação baseada no respeito à vida. A atuação nas decisões da associação vai firmando e reconquistando a segurança de ser dos agricultores/artesãos. As atividades agrícolas e pluriativas em Campo Limpo transitam nas dimensões de gênero e de geração, que perpassam pelos lugares dos homens, das mulheres e dos jovens. As mulheres merecem um destaque por exercerem grande influência sobre a família. E na divisão do trabalho, a mulher está

normalmente sujeita a dupla jornada de trabalho: nas lavouras, principalmente no momento do plantio e da colheita e nas atividades domésticas e criação dos filhos. E mesmo participando ativamente de suas atribuições, o seu trabalho é considerado menos importante. Situações e questões que devem ser discutidas e superadas dentro da associação.

Neste sentido, os significados da participação na associação para os sujeitos não estão só na constituição de identidades coletivas, na busca e soluções de formas solidárias, mas vão significando e caminhando para uma direção ao desenvolvimento local e auto sustentável. Este desenvolvimento é entendido a partir de um movimento que vai do local ao mais amplo, que se realiza de dentro para fora num contínuo de relação rural e urbana e na prestação de serviços e trocas entre essas áreas. Se devidamente acompanhadas de políticas sociais locais, esta experiência pode ampliar suas redes de apoio e aumentar a sua potencialidade como parceira do urbano.

Vale mencionar também a importância que teve a atuação dos diferentes saberes na base da organização desta associação, e principalmente a contribuição dada pelo Serviço Social, representada na atuação do coordenador, cuja intervenção foi fundamental para a construção de uma base sólida, que mesmo tendo sofrido o primeiro embate, a associação foi capaz de superar e continuar no seu propósito.

Assim, o presente estudo é uma pesquisa exploratória, mas que nem por isso, deixa de sugerir que no futuro seja realizada com mais profundidade e abrangendo outros aspectos e tema como a pluriatividade, a sustentabilidade do local, o artesanato entre outras temáticas que poderão emergir na localidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Hucitec, Anpocs, EUNICAMP. 1992.
- AMMANN, Safira Bezerra. **Participação social**. São Paulo: Cortez, 1977.
- ANDRADE, Rosane de. **Fotografia e Antropologia: olhares fora – dentro**. São Paulo: Estação Liberdade; EDUC. 2002. p. 31-42.
- BRANFORD, Sue e ROCHA Jan. **Rompendo a Cerca: a historia do mst**. Tradução: Rubens Galves Merino. São Paulo; Casa Amarela, 2004.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do desenvolvimento – compaixão pela terra**. Petrópolis, Rj: Vozes, 1999.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é Participação**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Coleção Primeiros Passos).
- BOSCHI, Renato Raul. **A arte da Associação**. São Paulo: Ed. Revista dos tribunais Ltda.1987.
- CARNEIRO, Maria José . **Camponeses, agricultores, pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas**. In: COSTA, Luiz Flávio Carvalho; BRUNO, Regina; MOREIRA, Roberto José. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1998.
- CUNHA, Dionilson Cardozo da . **Produção de Tuberculos e de Óleo Essencial de Príprioca: em função da adubação orgânica e calagem**. Dissertação de Mestrado em Agronomia, área de Concentração em Solos e Nutrição de Plantas. Belém : UFRA, 2006.
- DALLARI, Dalmo. **Direito de participação**. In: SORRENTINO, Marcos. (Org.) **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: Educ, 2001.
- DEMO, Pedro. **Participação e avaliação: projetos de intervenção e ação**. In: SORRENTINO, Marcos. (Org.) **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: Educ, 2001.a
- \_\_\_\_\_. **Dialética da felicidade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.b
- \_\_\_\_\_. **Cidadania pequena fragilidade e desafios do associativismo no Brasil**. Campinas/SP: Autores associados, 2001.c
- \_\_\_\_\_. **Desafios modernos na educação**. Petrópoles/RJ: Vozes, 2001.d
- \_\_\_\_\_. **Avaliação quantitativa**. São Paulo: Cortez, 1991.(Autores associados)

\_\_\_\_\_. **Cidadania tutela e cidadania assistida.** Campinas/SP Autores associados, 1995.

\_\_\_\_\_. **Participação é conquista.**São Paulo:Cortez, 1988. (Autores associados)

DIEGUES, Antônio Carlos S. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas.** Revista São Paulo em Perspectiva, nº 06 p. 22-29, jan/jun. 1992.

ESTRELLA, Andréia Carvalho. **Entre Imagens e Palavras: um exercício metodológico multidimensional.** RODRIGUES, Maria Lucia e LIMENA, Maria Margarida Cavalcanti. (orgs.). In: Metodologias Multidimensionais em Ciências Humanas. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000.

FERNANDES, Rubem César. **Elos de uma cidadania planetária.** São Paulo: ANPOCS, nº 28. v.10, jun.1995.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária: pesquisa e mst.** São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **MiniDicionário da Língua Portuguesa.** 4ª edição ver. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FRANTZ Walter. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação.** In: Simpósio Internacional de Gestão Pública, Desenvolvimento e Cidadania. Ijuí/RS UNIJUÍ, 2002. (GATTI, 2002:12)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

\_\_\_\_\_. **A transformação da intimidade sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas.** São Paulo: Unesp, 1993.

GATTI, B. A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil.** 1ª ed. Brasília/DF: Plano editora, 2002.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do estado brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. **A ditadura do grande capital.** São Paulo: Civilização brasileira, 1981.

IGNACY, Sachs. **Estratégias de transição para o século XXI.** In: BURSZTEIN. Marcel (Org.) Para pensar o desenvolvimento sustentável.São Paulo: Brasiliense, 1993.

LAMARCHE, Hugues (Coord.) **A Agricultura Familiar: comparação internacional.** Tradução Ângela Maria Naokotijiwa. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

\_\_\_\_\_. (Coord.) **A Agricultura Familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

MARX Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução: Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 2ª ed. 1985. p. 45 -85.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MORIN, Edgar. **Saberes Globais e Saberes Locais: o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

\_\_\_\_\_. **O método. A vida da vida**. Tradução: Maria Gabriela de Bragança. São Paulo: Ed. Europa-América. 1980.

\_\_\_\_\_. **A natureza da natureza**. Tradução: Maria Gabriela de Bragança. São Paulo: Ed. Europa-América. 1977.

ON, Maria Lúcia Rodrigues. **O serviço social e a perspectiva interdisciplinar**. In: MARTINELLI, Maria Lúcia; ON, Maria Lúcia Rodrigues e MUCHAIL, Salma Tannus (Orgs.). **Uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cortez, 1995.

Pesquisa UFPA- **Universidade Federal do Pará - Departamento de Serviço Social e da Agricultura Familiar**. UFPA, 2003.

PONTE, Tereza Ximenes. **Mutirão, Campo e Cidade**. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado em Sociologia).

PORTO, M. S. G e Siqueira, D. E. **A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas**, In Porto, M. S. G. (Org.) **Potencializando a tecnologia no campo brasileiro: dimensões e olhares**. RJ: 1997.

PRIM, Lorena de F. **Aspectos psicossociais da agricultura de grupo na agricultura familiar do oeste catarinense: um estudo sobre a AGRIMA**. Doutorado em Psicologia Social. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em Psicologia Social) PUC

RANCIARO, Maria Magela Mafra de Andrade. **Andirá: memórias do cotidiano e representações sociais**. Manaus: EDUA, 2004. (Série Amazônia: a terra e o homem).

ROCQUE, Carlos. **História dos Municípios do Pará**. 5ª ed. rev. Atual. Belém: Cejup, 1998. Fascículo 15 (Encarte: A Província do Pará).

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SAWAIA, Bader B. **Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades**. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Falter. (Orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: IEE/PUCSP, 2003.

\_\_\_\_\_. **Cidadania, diversidade e comunidade: uma reflexão psicossocial** In: SPINK, Mary Jane (Org.) A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. Participação social e subjetividade. In: SORRENTINO, Marcos. (Org.) **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: Educ, 2001.

\_\_\_\_\_. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, Regina H. F (Org.). Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

SILVA, José Graziano. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

\_\_\_\_\_. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. **Questão agrária**. São Paulo: brasiliense, 1998.

SIQUEIRA, Deis e OSORIO, Rafael. **O conceito rural**. Brasília: Universidade nacional autônoma do México, 1975.

SOLARI, Aldo. **O objeto da sociologia rural**. In: SZMRECSANYI, Tamas e QUEDA, Oriowaldo. (Orgs.) Vida rural e mudança social: leituras básicas da sociologia rural. 2ªed. São Paulo: Ed. Nacional, 1972.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: Tedesco, João Carlos (Orgs.). A Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999

WARREN, Ilse Scherer. **Movimentos sociais e participação**. SORRENTINO, Marcos. (Org.) **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: Educ, 2001.

SZMRECSANYI, Tamas (1936). **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990. (Repensando a história)

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **Limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez/Recife, 2001.

THOMSON, Alistar. **Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias**. São Paulo: Educ, 1997. (Projeto História).

VEGA, Alfredo Pena. **O despertar ecológico: Edgar Morin e a Ecologia Complexa**. Tradução: Renato Carvalheira do Nascimento e Elimar Pinheiro do Nascimento. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

\_\_\_\_\_. **A economia política de transição agro-ambiental emergente nos Estados Unidos**. São Paulo: 1999.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes para uma nova política agrária.** Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. (Ministério do Desenvolvimento Agrário). 2000.

\_\_\_\_\_. **O que é reforma agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.** São Paulo: Edusp/Hucitec, 1991.

SZYMANSKI, Heloisa. **A entrevista na pesquisa em educação prática reflexiva.** Brasília: Líber Livro, 2004.

## **DOCUMENTOS CONSULTADOS**

### **Governamentais:**

Instituto Brasileiro de geografia e Estatístico – IBGE;  
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Tauá;  
Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves –CENTUR;  
Banco da Amazônia S/A – BASA;  
Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia – POEMA.  
CENSO AGROPECUARIO (GUANZIROLI) et alli. 1995/1996.

### **Não - governamentais :**

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE/Pará

### **Na Imprensa escrita foram consultadas:**

Jornal “Diário do Pará” e o “Liberal” – PA, Jornal “A Folha de São Paulo” – SP.